



Crianças e adolescentes fora da escola

DOCUMENTO ORIENTADOR PARA GESTORES PÚBLICOS A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO PROJETO ALUNO PRESENTE



Educação é um
direito. De todas
e todos.



Eliana Sousa Silva
Miriam Krenzinger

Crianças e adolescentes fora da escola

DOCUMENTO ORIENTADOR PARA GESTORES PÚBLICOS A PARTIR
DA EXPERIÊNCIA DO PROJETO ALUNO PRESENTE



AUTORAS

Eliana Sousa Silva
Miriam Krenzinger

PROJETO ALUNO PRESENTE

REALIZAÇÃO

Associação Cidade Escola Aprendiz

APOIO

Fundação Education Above All

PARCERIA

Secretaria Municipal de Educação
do Rio de Janeiro

DIREÇÃO EXECUTIVA

Natacha Costa

CONSULTORA DE CONTEÚDO E METODOLOGIA

Eliana Sousa Silva

CONSULTORA DE SISTEMATIZAÇÃO

Miriam Krenzinger

COORDENAÇÃO GERAL

Julia Ventura

COMUNICAÇÃO

Andréa Blum

CONSULTOR DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Dálcio Marinho

GESTORA DE MONITORAMENTO

Bianca Cambiaghi

GESTORA DE CAMPO

Gisele Martins

REVISÃO FINAL

Elizete Munhoz

EQUIPE DO PROJETO ALUNO PRESENTE

FOTOS

AF Rodrigues

Claudia Dantas / Prefeitura RJ

Helio Melo / Prefeitura RJ

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Mórula_Oficina de Ideias

IMPRESSÃO

Rotaplan

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

S579c Silva, Eliana Sousa

A criança fora da escola: documento orientador para gestores públicos a partir da experiência do Projeto Aluno Presente / Eliana Sousa Silva, Miriam Krenzinger. — 1.ed. — Rio de Janeiro: Associação Cidade Escola Aprendiz, 2017. 114 p. ; 23 cm.

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-64569-07-2

1. Educação. 2. Gestão pública. 3. Guia. 4. Aluno Presente. 5. Criança fora da escola. I. Krenzinger, Miriam. II. Título.

CDD: 370
CDU: 37.06 (81)

SUMÁRIO

- 4** APRESENTAÇÃO
- 8** INTRODUÇÃO
- 12** O fenômeno “crianças e adolescentes fora da escola”
- 22** O Projeto Aluno Presente: como implantá-lo em seu município
- 24**  **1º PASSO**
Criação de um Grupo de Trabalho ou Comitê Gestor Intersetorial
- 30**  **2º PASSO**
Aprovação do marco legal, diretrizes, princípios ético-políticos e base conceitual
- 36**  **3º PASSO**
Formação da equipe central com coordenação geral, de campo, de comunicação, de monitoramento e avaliação e consultoria metodológica, de gestores e de articuladores de campo
- 42**  **4º PASSO**
Definição de estratégias de sensibilização e comunicação; criação de uma Central “Disque Aluno Presente”
- 46**  **5º PASSO**
Criação de uma base de dados e mapas de geoprocessamento
- 56**  **6º PASSO**
Desenvolvimento de experiência-piloto
- 60**  **7º PASSO**
Elaboração de estratégias para identificar crianças e adolescentes fora da escola em todas as regiões da cidade
- 68**  **8º PASSO**
Expansão do Projeto em todo o Município
- 72**  **9º PASSO**
Acompanhamento, monitoramento e avaliação do Projeto e das crianças e adolescentes atendidos e reinseridos na Rede de Ensino Fundamental
- 76**  **10º PASSO**
Consolidação de uma política pública de prevenção e erradicação da evasão escolar no seu Município
- 82** Considerações finais
- 85** REFERÊNCIAS
- 91** ANEXOS

APRESENTAÇÃO

Caro/a Gestor/a,

Este Documento Orientador apresenta como tema central a criança fora da escola e o papel do Município e da sociedade na implantação de políticas públicas voltadas à prevenção da infrequência e da evasão escolar.

A base de referência deste trabalho foi a tecnologia social¹ desenvolvida pelo **Projeto Aluno Presente**, uma iniciativa da Fundação *Education Above All*. Por meio do programa *Educate a Child*², a Fundação convidou a Associação Cidade Aprendiz³ para uma parceria com a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, com o objetivo de viabilizar um projeto de prevenção da infrequência e da evasão escolar, voltado para crianças na faixa etária de seis a 14 anos.

O Projeto Aluno Presente foi desenvolvido de outubro de 2013 a dezembro de 2016 e teve como objetivo promover ações para garantir o direito de acesso à Educação Básica, atuando principalmente na identificação e localização de crianças e adolescentes que não estavam matriculados, bem como na prevenção da infrequência e da evasão escolar. Tais ações serão detalhadas neste Documento, demonstrando como implantar o Projeto em seu Município.

1. Conjunto de técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida, conforme definição do Instituto de Tecnologia Social – ITS Brasil.
2. Presente em 40 países. Mais informações no site: <http://educateachild.org>
3. Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), criada em 1997, em São Paulo/SP, que desenvolve iniciativas e projetos com o compromisso de contribuir para que todos os cidadãos brasileiros tenham acesso a oportunidades de aprendizagem, expressão e participação ativa na sociedade, em condições de igualdade. Mais informações no site: www.cidadeescolaaprendiz.org.br



O PROJETO
LOCALIZOU
MAIS DE

23
MIL

CRIANÇAS
FORA DA
ESCOLA OU
EM RISCO
DE EVASÃO

O Projeto Aluno Presente, utilizando uma metodologia inédita, localizou mais de 23 mil crianças fora da escola ou em risco de evasão, apresentando diferentes escalas e linhas de atuação, desde o nível central de uma gestão intersetorial até a busca ativa e articulações em nível territorial. Nesse percurso, foram fundamentais a mobilização e a participação efetiva de lideranças da sociedade civil e de agentes institucionais da Prefeitura do Rio de Janeiro, tanto no âmbito da gestão das políticas sociais (educação, saúde e assistência social) como nas instâncias das Diretorias Regionais de Ensino e das escolas de Rede Municipal.

A experiência do Aluno Presente revela que não há mais como persistirmos na ideia de fragmentação das políticas públicas, pois precisamos, urgentemente, de uma estratégia capaz de sensibilizar toda a sociedade e diversos setores do Poder público, a fim de garantirmos o pleno direito à Educação. Temos, ainda, de desenvolver ações compartilhadas, intersetoriais, considerando as contribuições da sociedade civil, do território, da escola e dos profissionais diretamente responsáveis pelo processo educacional das crianças.



Dentro desse espírito, o Aluno Presente trabalhou em três linhas de ação: (I) no âmbito da política municipal da Educação; (II) na construção ou ampliação da Rede de Proteção Social, e (III) na pesquisa do fenômeno “exclusão escolar”, produzindo novos diagnósticos e tecnologias sociais sobre esta problemática.

Tendo em vista a experiência bem-sucedida no Rio de Janeiro apresentamos este Documento Orientador, para socializar, junto aos gestores e demais profissionais da Educação, da Saúde e da Assistência Social, informações que contribuam na identificação e no enfrentamento de vulnerabilidades que levam à infrequência e à evasão escolar.

Esperamos que seja útil ao seu Município.

Associação Cidade Aprendiz
RIO DE JANEIRO, 2017

INTRODUÇÃO

“ Educação de qualidade é um direito, um direito de todos, de todas as crianças, adolescentes e jovens. Há que converter esse direito em um compromisso inegociável no Brasil. E colocar a mão na massa.”

NATACHA COSTA

DIRETORA DA ASSOCIAÇÃO ESCOLA APRENDIZ

Entre maio e outubro de 2013, realizou-se a elaboração do Projeto Aluno Presente e a articulação com os atores institucionais necessários para a adequada implantação da proposta. A legitimidade social e a liderança de seus criadores e articuladores foram essenciais para que a parceria se concretizasse e o Projeto pudesse consolidar-se. Destaca-se que o Projeto Aluno Presente exigiu intenso diálogo e negociação permanente com diversas instâncias governamentais, instituições locais e grupos comunitários —o que, por sua vez, requereu o conhecimento profundo dos territórios em causa.

A capital fluminense, de forma pioneira, passou a desenvolver o Projeto, em grande escala, para enfrentar o problema da exclusão escolar. Entre outubro de 2013 e dezembro de 2016, 23.689 crianças e adolescentes que estavam fora da escola foram identificados e 21.807 inseridos na Rede Escolar, efetivando a meta estabelecida de alcançar 90% das crianças e adolescentes nesta situação na cidade do Rio de Janeiro.

23.689

CRIANÇAS E
ADOLESCENTES
ESTAVAM FORA
DA ESCOLA



21.807

FORAM INSERIDOS
NA REDE ESCOLAR,
ALCANÇANDO
A META DE

90%

Tratou-se de um esforço estruturado de articulação com as esferas do Poder público local e federal e da sociedade civil organizada. Com ações junto às Secretarias Municipais de Educação, Saúde e Desenvolvimento Social, foram desenvolvidas parcerias e estratégias visando fortalecer a Rede de Proteção necessária para que as crianças e adolescentes fora da escola tivessem assegurado o direito básico à Educação.

Este Documento Orientador procura destacar a necessidade de um olhar atento e uma atitude política que priorize, para cada criança e cada adoles-

cente, a garantia do direito de estudar e se desenvolver de forma plena e integral. Também são apresentadas alternativas metodológicas com estratégias de superação da infrequência e da evasão escolar. Há a indicação de alguns caminhos que podem ser criados, reinventados e/ou adaptados conforme os desafios, o acúmulo e as especificidades de cada cidade, de cada território e de cada escola, com a participação solidária e decisiva de gestores e profissionais da Educação, da Saúde e da Assistência Social.

O acesso e a permanência na escola devem ser assumidos como eixo fundamental do Plano Municipal de Educação, que priorize a educação de qualidade compreendida como:

“Este documento procura destacar a necessidade de um olhar atento e uma atitude política que priorize, para cada criança e cada adolescente, a garantia do direito de estudar e se desenvolver de forma plena e integral”

- ✓ acesso à escolarização com a ampliação da oferta educativa e o estímulo à demanda social por direito à Educação, com condições de permanência (equidade educativa);
- ✓ acesso a condições concretas da oferta educativa: infraestrutura adequada, valorização dos/as profissionais da educação e materiais educativos de qualidade, entre outros;
- ✓ acesso a processos pedagógicos, participativos, avaliativos e de gestão; e
- ✓ superação de desigualdades sociais, econômicas e territoriais, e de toda e qualquer forma de discriminação.

A partir do compromisso assumido pela Prefeitura do Rio de Janeiro de transformar o Projeto Aluno Presente em política pública, bem como reconhecê-lo como uma das prioridades do Município, tornou-se viável o quanto esta experiência exitosa poderia encontrar, em outros centros urbanos e cidades brasileiras, um campo fértil para se desenvolver. Assim, a *Fundação Education Above All* do Qatar, a Associação Cidade Escola Aprendiz e a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro esperam, com este Documento Orientador, contribuir para a construção de instrumentos eficazes de articulação das políticas públicas e de integração de ações para a erradicação e prevenção da infrequência e evasão escolar.

Este Documento apresenta, ainda, caminhos dinâmicos a serem trilhados em 10 passos e ações estratégicas – pontos vivos de interseção com a vida que pulsa no território, no bairro, na comunidade e na escola – confluentes com os valores de uma cidade comprometida com uma educação de qualidade social e transformadora.

O fenômeno “crianças e adolescentes fora da escola”



A Educação Básica está reconhecida há quase 70 anos como um direito fundamental consagrado em vários instrumentos internacionais de afirmação de direitos: Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948); Convenção Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966); Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher (1979) e a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), entre muitos outros. Em 1990, na Tailândia, mais de 150 governos adotaram a Declaração Mundial de Educação para Todos e Todas, visando incrementar os esforços voltados à garantia do acesso à educação de qualidade. Dez anos depois, em Dacar, no Senegal, o Fórum Mundial de Educação reafirmou este compromisso, traçando objetivos de Educação para Todos (EPT) até 2015. Na ocasião, estes objetivos foram adotados por 164 países, inclusive o Brasil, cabendo aos governos criarem o arcabouço jurídico-político e priorizarem recursos para que, independentemente das circunstâncias de classe, socioeconômicas, territoriais, de gênero ou culturais, todas as pessoas pudessem ter educação acessível e contextualizada. (*Global Campaign for Education* – GCE, 2015).

O Programa *Educate a Child* (EAC) trabalha com a definição de criança fora da escola, de forma ampliada, a partir dos seguintes grupos ou tipos de OOSC⁴:



CRIANÇAS QUE NÃO POSSUEM ACESSO À UNIDADE ESCOLAR.

Essas crianças nunca irão frequentar a escola, a menos que lhes seja dado acesso.



CRIANÇAS QUE POSSUEM ACESSO À UNIDADE ESCOLAR, MAS NÃO ESTÃO MATRICULADAS.

Essas crianças nunca entrarão na escola ou o farão tardiamente.



CRIANÇAS QUE POSSUEM ACESSO À UNIDADE ESCOLAR E ESTÃO MATRICULADAS, MAS NÃO A FREQUENTAM.



CRIANÇAS QUE ABANDONARAM O SISTEMA EDUCACIONAL.

Essas crianças são consideradas "dropouts" ou "evadidas".



CRIANÇAS QUE ESTÃO EM SITUAÇÕES EMERGENCIAIS OU DE CRISE E NÃO PARTICIPAM DE NENHUM PROGRAMA EDUCACIONAL ESTRUTURADO.

Essas crianças foram removidas e vivem em condições temporárias, em ambientes sem escolas ou oportunidades educacionais disponíveis.

4. *Out Of School Children* (OOSC) ou Criança Fora da Escola são crianças na faixa etária oficial da Educação Básica que não estão participando de programas educacionais.

O ano de 2000 destaca-se nesse contexto: a Organização das Nações Unidas (ONU) convidou a sociedade e governos a olharem com atenção para alguns desafios que o Planeta enfrentava naquela época, tendo em vista seu engajamento em prol de oito metas globais, chamadas de “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio” (ODM), a serem alcançados até 2015. A segunda meta dos ODMs visava propiciar que todas as crianças, de ambos os sexos, viessem a receber Educação de qualidade e tivessem concluído a Educação Básica. Os relatórios de avaliação e monitoramento dos ODMs indicaram, no entanto, que somente um terço dos países alcançou tal objetivo. Entretanto, avanços foram reconhecidos, como aponta a UNESCO, por meio de sua Diretora-geral, Irina Bokova:

O mundo tem feito um progresso enorme em direção à Educação para Todos. Apesar de não cumprir o prazo de 2015, há milhões de crianças a mais na escola do que haveria caso persistissem as tendências dos anos 1990. No entanto, a agenda está longe de ser concluída. Necessitamos elaborar estratégias específicas e bem-fundamentadas que priorizem os mais pobres, sobretudo as meninas, para melhorar a qualidade da aprendizagem e reduzir as falhas de alfabetização, para que a Educação se torne significativa e universal. (UNESCOPRESS, 2015).

5. Conforme *UNESCO/ Institute for Statistics (UIS) and the Education for All Global Monitoring Report, 2015, pp. 1-2.*
6. Nesse cenário, projetos como o Aluno Presente possuem inegável importância, especialmente quando se considera que a "universalização do acesso" ainda não foi plenamente alcançada no País e que o ingresso na escola não garante a efetiva escolarização. Atualmente, ainda é muito alta a taxa de evasão. Menos de 75% dos adolescentes completam o Ensino Fundamental na idade certa. No Ensino Médio, o quadro é ainda mais preocupante, pois somente em torno de 50% dos adolescentes entre 15 e 17 anos estão inscritos nessa etapa, o que significa que a outra metade ainda está no Ensino Fundamental ou já abandonou a escola. O cenário é mais grave entre os mais pobres: entre os estudantes de 15 a 17 anos que fazem parte dos 20% mais pobres da população brasileira, não mais que 25% estão no Ensino Médio. (UNICEF, 2014).

Em 2015, houve uma nova mobilização organizada pelas Nações Unidas no sentido de assumir antigos e novos desafios impostos pelos oito Objetivos do Milênio, que serão acompanhados nos próximos 15 anos (Agenda pós-2015). Segundo o Instituto de Estatística da UNESCO (2015), houve um aumento global do número de crianças e jovens adolescentes não matriculadas na escola. De acordo com o Instituto, em 2013 eram 124 milhões as crianças e jovens adolescentes (6-15 anos) que abandonaram a escola ou nunca estiveram nela. Em 2011, 122 milhões. O número global de crianças fora da escola em idade escolar primária aumentou para 59 milhões, em 2013. De acordo com os dados, uma em cada 11 crianças em idade escolar primária (tipicamente seis a 11 anos) está fora da escola – ou seja: 9%. Na prática, o direito à Educação continua a lhes ser negado⁵.

O Brasil, nos últimos 15 anos, especificamente, registrou importantes avanços na Educação – o que levou milhões de meninas e meninos de seis a 14 anos de idade à inclusão escolar. Na faixa etária correspondente ao Ensino Fundamental, de responsabilidade dos Municípios, o País se encontra muito próximo da universalização do acesso. Contudo, não basta realizar a matrícula escolar. Além de aprender, as crianças e os adolescentes precisam se desenvolver e concluir seu percurso escolar na idade esperada. Há enorme contingente de crianças e adolescentes que está na escola, mas com baixos resultados de aprendizagem, altos índices de repetência e atraso escolar.

O Brasil ainda tem pela frente um longo caminho para garantir o direito à Educação de qualidade para todas as suas crianças e adolescentes⁶. Um grupo significativo desse público ainda precisa superar os obstáculos da desigualdade, para ter garantido o seu direito de aprender no Brasil. (UNICEF, 2013).



NÚMERO GLOBAL
DE CRIANÇAS E JOVENS
ADOLESCENTES (6-15 ANOS)
QUE ABANDONARAM
A ESCOLA OU NUNCA
ESTIVERAM NELA

122 **124**
MILHÕES MILHÕES
EM 2011 EM 2014



Em 2010, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Instituto de Estatística da UNESCO (UIS) deram início à iniciativa global Out of School Children (OOSC). No Brasil, com a parceria da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, foi lançado o Relatório Todas as Crianças na Escola em 2015, que incluiu a mobilização *Fora da Escola Não Pode!*. Segundo a UNICEF, o desafio do Brasil é enorme, pois os microdados do Censo Demográfico 2010 (IBGE) revelaram que mais de 3,8 milhões de crianças e adolescentes entre quatro e 17 anos de idade estavam fora da escola no Brasil.

Para que o Brasil possa garantir a cada criança e adolescente o direito de aprender, é necessário voltar a nossa atenção para os meninos e as meninas que estão fora da escola. E também àqueles que, dentro da escola, têm os riscos de abandono e evasão aumentados devido a fatores e vulnerabilidades diversos, como a discriminação e o trabalho infantil. A exclusão escolar é um fenômeno complexo e a sua superação requer mais do que boa vontade. É preciso que o Estado cumpra o seu dever constitucional e que haja a participação e o compromisso de toda a sociedade e de cada um de nós, para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão da Educação Básica na idade certa. (UNICEF, 2014).



NÚMERO DE CRIANÇAS E
ADOLESCENTES ENTRE 4 E
17ANOS FORA DA ESCOLA

3,8
MILHÕES
EM 2010

Em um País que só recentemente tornou obrigatória a Educação para crianças e adolescentes entre quatro e 17 anos, e que ao mesmo tempo se propôs a erradicar o trabalho infantil, torna-se tarefa fundamental assegurar que todos estejam na escola, até mesmo para proteger sua integridade física, já que, fora do ambiente escolar, ficam muito mais expostas a todo tipo de violência. Não custa lembrar que o Brasil é “vice-campeão” em assassinatos de crianças e adolescentes: 28 são assassinados por dia, e cerca de 1/3 das mortes nessa faixa etária decorre de homicídio⁷.

Obrigada a lidar com uma enorme diversidade de alunos e pouco prevenida para desempenhar essa tarefa, inclusive pela ausência de recursos humanos, materiais e administrativos — muitas vezes suas turmas abarcam crianças e adolescentes cujo perfil social vai desde a pequena classe média até famílias que vivem abaixo da linha da pobreza –, a escola tem grande chance de se tornar um ambiente hostil ou, na melhor das hipóteses, muito pouco capaz de atuar de forma equitativa.

Uma das evidências mais significativas deste aspecto é o fato de que as escolas das principais regiões metropolitanas do País costumam conhecer pouco seus estudantes. Muitas vezes, sequer têm informações precisas sobre sua residência e, tampouco, mantêm atualizado o cadastro escolar.

Como procuram demonstrar as pesquisas realizadas por Marcelo Burgos e Ângela Paiva (2009) sobre a relação da escola com a favela, o chamado “efeito favela”, que também pode ser denominado como “efeito periferia”, tende a produzir grande distância simbólica entre a escola e seu público, fazendo com que a criança ou o adolescente escondido sob o uniforme de estudante se mantenha, frequentemente, como um estranho para ela.

7. De acordo com dados do UNICEF (2015), o Brasil é o segundo País em taxa de homicídio de crianças e adolescentes, ficando atrás apenas da Nigéria.

É por essa razão que a evasão escolar precisa ser compreendida como um processo construído a partir da interação entre escola e estudantes, os quais devem ser percebidos como sujeitos de direitos. Como salienta Nadir Zago (2000), é preciso valorizar o papel do estudante no estudo da evasão “como parte ativa do seu próprio percurso”, evitando-se adotar a perspectiva de uma “sociologia centrada unicamente nas questões das desigualdades, que reduzem o aluno a um conjunto de variáveis”. É de se supor que a maior ou menor agência do estudante nesse tipo de

situação depende de sua faixa etária e que, quanto mais velho ele for, maior será de sua própria autoria a decisão de não frequentar a escola ou simplesmente abandoná-la.

Como não costuma ser valorizada na devida dimensão, a infrequência crônica, que tende a se transformar também em reprovação e evasão, não é encarada como um sintoma cuja manifestação reclamaria uma atitude preventiva por parte da escola, a fim de se evitar o previsível desfecho que levará a criança ou o adolescente para fora dela.



“Uma criança fora da escola, embora presente nas estatísticas, também pode ser considerada como fora do acesso às políticas públicas”

Apesar de não ser valorizada devidamente, a infrequência crônica é parte importante da lógica sistêmica que produz a evasão. E não é raro que a própria escola induza o aluno infrequente a evadir-se temporariamente — “volte no ano que vem” — evitando, com isso, sua reprovação ao final do ano, fato que engrossaria a estatística de retenção e o impacto negativo sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Neste contexto, uma criança fora da escola, embora presente nas estatísticas, também pode ser considerada como fora do acesso às políticas públicas. Torná-la presente significa torná-la visível, ou seja, tornar sua vivência visível. Significa enxergar a escola como espaço prestador de serviço público no território em que a criança vive, e não mero equipamento localizado em determinado endereço. Significa tornar parte da cidade o território em que a criança vive — e a criança, portanto, reconhecida como cidadã, sujeito de direitos, com garantia de acesso à cidade e à cidadania.

Talvez seja este o maior desafio e uma das grandes travessias enfrentadas pelo Projeto Aluno Presente: tornar visíveis os invisíveis das políticas sociais, dando chão aos números e estatísticas, e transformando nomes em histórias de vida.

O Projeto Aluno Presente: COMO IMPLANTÁ-LO EM SEU MUNICÍPIO



A experiência de três anos desenvolvida pela equipe do Projeto Aluno Presente (AP) da cidade do Rio de Janeiro demonstrou que é possível desenvolver ações efetivas que impactem significativamente na redução das taxas de evasão e infrequência escolar, com bons resultados, se houver compromisso político, além de técnicas e metodologias.

É neste sentido que apresentamos os 10 passos a seguir, visando apontar um caminho efetivo de combate e prevenção da infrequência e da evasão escolar.





1º PASSO:

Criação de um Grupo de Trabalho ou Comitê Gestor Intersetorial

Para pensar num Projeto de prevenção da infrequência e da evasão escolar, com base nos parâmetros mínimos do Aluno Presente, na sua cidade, é necessária a construção de **diálogos, pactos e parcerias com lideranças políticas e o Poder público local**. Sem esse respaldo e abertura dificilmente a experiência terá sucesso em grande escala, como foi no Rio de Janeiro.

Para isso, após as tratativas iniciais de sensibilização dos gestores e o cumprimento dos trâmites legais⁸, indica-se a criação de um Grupo de Trabalho ou Comitê Gestor Intersetorial em nível central, com legitimidade e autonomia política, capaz de estabelecer um fluxo de trabalho, definir as linhas políticas das ações e construir uma base de informações necessária à consolidação do Projeto Aluno Presente no Município.

Lembramos que o Projeto Aluno Presente terá como público-alvo crianças de seis a 14 anos, entendidas como sujeitos de direitos e deveres, vulneráveis socialmente aos processos de infrequência e evasão do Ensino Fundamental (1º ao 9º ano). Por isso, as ações devem se voltar, prioritariamente, para crianças, famílias, escolas e bairros que estão em situação de desigualdade no acesso ao direito à Educação de qualidade social. Seus objetivos, metas e ações estarão inseridos, portanto, direta e indiretamente, ao Sistema de Proteção Social de Defesa

8. Por exemplo: qualquer projeto que envolva criança e adolescente precisará ser aprovado, antes do seu desenvolvimento, no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente da sua cidade.

dos Direitos da Criança e do Adolescente⁹, que se constituiu a partir de um desenho institucional estabelecido.

O Grupo de Trabalho (GT) Intersectorial deve ser capaz de agregar a Casa Civil (ou Secretaria de Governo) com as Secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social, pois, no decorrer do processo, este GT será fundamental para a articulação política com os Órgãos que compõem o Sistema de Garantia e Proteção Social das Crianças e dos Adolescentes, e demais serviços existentes nos territórios, indo além da relação escola-família, família-escola.

9. O Projeto Aluno Presente articula-se à Rede de Defesa dos Direitos da Criança formada, em geral, pelos seguintes Órgãos: Secretaria Municipal de Educação; Secretaria Estadual de Educação; Ministério da Educação; Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente; Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; Organização das Nações Unidas; UNESCO; UNICEF; Rede Criança; Rede Nacional de Defesa do Adolescente em Conflito com a Lei; Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (ANCCED – DCI Brasil); Comissão de Direitos Humanos da OAB; Conselho Regional de Serviço Social e Comissões de Direitos da Câmara Municipal; Comissões de Direitos da Assembleia Legislativa.

10. Ver 9º passo.

A partir de então, indica-se nessa fase, realizar o desenho institucional (ou Organograma) dos atores que serão mobilizados pelo Grupo responsável pelo Projeto Aluno Presente, em nível central, regional, territorial e interinstitucional.

Este GT definirá, também, o fluxo das informações que serão cruzadas e alimentadas numa base de dados georreferenciada específica, a ser criada. Essa base de dados irá subsidiar não somente o diagnóstico situacional da infrequência e da evasão escolar no Município, mas servirá de monitoramento e avaliação das ações que serão implementadas no decorrer da sua trajetória¹⁰. Uma das primeiras ações do GT será traçar diretrizes orientadoras, propiciando às equipes de campo o prosseguimento do planejamento (em âmbito local) com os agentes dos serviços, implementando as estratégias para efetivação da Rede de Proteção das crianças e dos adolescentes identificados pelo Projeto, em nível regional e territorial.

O Grupo de Trabalho deve ser, preferencialmente, instituído em Portaria ou Ato formal correspondente, com os nomes de seus componentes e as atribuições do Grupo, para que possa ter assegurada sua representatividade e força política. O trabalho deste GT é considerado de relevância pública, porém não remunerado.

Nesse sentido, a formação de um GT intersetorial que poderá ser transformado, no futuro, em Comitê Gestor será condição indispensável para que o Projeto Aluno Presente gere, na sua cidade, medidas capazes de integrar as políticas, ações e recursos (humanos, financeiros e materiais) existentes nas Secretarias Municipais de Educação, Saúde e Assistência Social, tanto em nível central, como regional e territorial.

Outras instituições poderão compor o Grupo de Trabalho, ampliando sua representatividade, fortalecendo seus objetivos principais e criando uma Rede ampla de parcerias:

REDE DE PARCERIAS

CONSELHO TUTELAR (CT)

Órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de proteger os direitos da criança e do adolescente, definidos em Lei. Nos Municípios há Conselhos Tutelares como órgãos integrantes da Administração Pública. A relação institucional com os CTs varia de região para região, de cidade para cidade. Há experiências significativas que revelam uma boa integração.

JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Compete ao Juiz da Infância e Juventude processar e julgar causas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e na legislação complementar, inclusive relativas a infrações penais cometidas por menores de 18 (dezoito) anos, além de questões cíveis em geral, como as pertinentes a registros públicos, desde que concernentes a soluções de situações irregulares em que se encontra a criança e o adolescente interessado. A equipe do Projeto Aluno Presente poderá acionar o Juizado, via Conselho Tutelar, para questões de guarda e reconhecimento de paternidade.

CONSELHOS MUNICIPAIS, ESTADUAIS E NACIONAIS DE DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Atuam como órgãos normativos, consultivos, deliberativos e fiscalizadores da política de promoção e defesa dos direitos da infância e adolescência nos Estados e Municípios, além de administrar os recursos do Fundo da Infância e Adolescência. O Projeto Aluno Presente, antes de ser implementado, precisa ter o aval do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente da sua cidade.

DEFENSORIA PÚBLICA

É o Órgão estatal que tem por função prestar assistência jurídica integral e gratuita à população que não tenha condições financeiras de pagar as despesas destes serviços. A Defensoria Pública atende qualquer tipo de ação judicial Civil, Criminal e de Família, como pensão alimentícia, separação, divórcio, união estável, regulamentação de visitas, investigação de paternidade (Exame de DNA), tutela, curatela, guarda de menores, adoção, etc. O Grupo do Projeto Aluno Presente poderá acionar a Defensoria, especialmente na questão da Certidão de Nascimento de crianças que estão fora da escola ou que nunca tenham acessado o Ensino Fundamental.

MINISTÉRIO PÚBLICO

A Promotoria da Infância e Juventude possui, como seus atributos principais, as funções fiscalizadora e conciliadora das demandas sociais, buscando solucionar os problemas sociofamiliares mais comuns que atingem crianças e adolescentes. São suas funções: exercer as atribuições conferidas no Estatuto da Criança e do Adolescente e na legislação correlata; intervir nos processos que envolvam interesses da Criança e do Adolescente; intervir nos processos que envolvam interesses de entidades públicas ou privadas que tenham por objeto a proteção da Criança e do Adolescente; fiscalizar entidades relacionadas com os interesses da Criança e do Adolescente; promover o inquérito civil e a ação civil pública para a defesa dos direitos e interesses constitucionais e legais da Criança e do Adolescente.

DELEGACIA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E ADOLESCENTE

A Delegacia de Proteção à Criança e Adolescente é competente para fiscalizar, investigar e instaurar inquéritos e procedimentos policiais nos casos de infração penal praticada contra crianças e adolescentes. A equipe responsável pelo Projeto Aluno Presente poderá acionar o Sistema de Justiça Criminal no caso de desaparecimento de criança vinculada ao Projeto, ou realizar denúncia de exploração de trabalho sexual ou infantil, por exemplo.

SOCIEDADE CIVIL

Organizações, instituições e fundações sem fins lucrativos, voltadas a proteger e promover os direitos das crianças e dos adolescentes, especificamente, o direito à Educação. Há também as Associações de Bairro, Comunitárias, de Moradores, Igrejas, etc. que podem se aliar ao Projeto.

Como pretendemos o fortalecimento e a criação de Redes de Proteção que eliminem ou diminuam as causas que afastam as crianças da escola, sugerimos a formação de GTs intersetoriais em nível regional e local, que viabilizem reuniões para fins de diagnóstico e avaliação das ações intersetoriais, propiciando às equipes locais de cada Secretaria a oportunidade de apresentarem suas principais demandas e estratégias desenvolvidas no território.

Dito de outra forma, a criação de um Grupo de Trabalho permanente intersetorial local, que se reúna regularmente para, além de articular políticas setoriais, promover estudos e discussão de casos encontrados de crianças infrequentes ou fora da escola no Município, fortaleceria o potencial de interferência direta na atuação do Poder público, já que desses encontros deverão participar técnicos que atuem diretamente com os beneficiários das políticas – a população em geral.



2º PASSO:

Aprovação do marco legal, diretrizes, princípios ético-políticos e a base conceitual

No processo inicial de construção do Projeto será fundamental a elaboração do marco legal, bem como a definição de princípios éticos e políticos e da base conceitual, especialmente sobre as formas de prevenção e enfrentamento da infrequência e da evasão escolar. **Este passo deverá ser construído de forma contínua e, se possível, conjunta, com os Órgãos envolvidos como, por exemplo, as Secretarias de Educação, de Saúde e da Assistência Social de sua cidade e demais Instituições participantes.**

A seguir, a título de sugestão, apresentamos alguns itens que precisarão compor este 2º passo:

AFIRMAÇÃO DOS PRINCÍPIOS ÉTICOS E POLÍTICOS

Os princípios e linhas norteadoras são fundamentados nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (MEC, 2013):

Princípios éticos

- Respeito à dignidade da criança fora da escola e em risco de evasão e compromisso com a promoção do bem de todos, contribuindo para combater e eliminar

quaisquer manifestações de preconceito, discriminação e exclusão social.

- Reconhecimento da criança e do adolescente como sujeitos de direitos, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90, de 13/07/1990).
- Busca da equidade no acesso à educação, à saúde, ao trabalho, aos bens culturais e outros benefícios.
- Exigência da diversidade de tratamento das famílias para assegurar a igualdade de direitos entre os alunos e alunas que apresentam diferentes necessidades.
- Redução da pobreza e das desigualdades sociais, regionais e territoriais.
- A criança, adolescente e seus familiares devem ter suas autonomias respeitadas, considerando o desejo de aprender. Para tanto, deve-se levar em conta as trajetórias de vida, os contextos socioeconômicos e culturais, bem como as estratégias já adotadas pelas comunidades, pelas famílias e pelas próprias crianças e adolescentes.
- Valorização das formas de expressão, do exercício da criatividade, da construção de identidades plurais e solidárias.

Princípios políticos

- **Articulação intersetorial:** as equipes responsáveis pelo Projeto Aluno Presente construirão suas ações articuladas ao Sistema de garantia de direitos da infância e adolescência e aos Fóruns representativos dos direitos das crianças e adolescentes existentes na cidade.
- **Cogestão:** as equipes do Projeto Aluno Presente terão o compromisso de integrar diferentes atores, visando garantir a participação do maior número possível de instâncias e a sua sustentabilidade política.

- **Corresponsabilidade nas políticas públicas:** o Projeto Aluno Presente deve estar voltado para a elaboração, proposição, participação, monitoramento e avaliação de políticas públicas destinadas à prevenção da exclusão escolar de crianças e adolescentes, articulando-se a outras políticas locais sempre que possível.
- **Interinstitucionalidade:** as equipes do Projeto Aluno Presente promoverão o debate sobre procedimentos, encaminhamentos, conceitos e demais questões relativas ao atendimento do direito das crianças, adolescentes e famílias, a partir da articulação entre os profissionais ligados a diferentes Instituições que compõem a Rede de Proteção da Criança e do Adolescente.
- **Complementaridade:** o Projeto Aluno Presente trabalhará no reconhecimento, legitimidade e troca metodológica de diferentes experiências individuais e coletivas relacionadas ao direito da criança e do adolescente à Educação.
- **Sustentabilidade:** as ações e resultados do Projeto devem ser transformados em políticas públicas, uma vez que o problema da infrequência e da evasão escolar aumenta no Brasil e no mundo.

Ressalta-se, ainda, que as equipes do Projeto Aluno Presente devem assumir o compromisso de empreender e orientar suas ações voltadas para o alcance de, pelo menos, dois dos seis objetivos da Educação para Todos (EPT):

- Ampliar e aperfeiçoar os cuidados e a educação para a primeira infância, especialmente no caso das crianças mais vulneráveis e em situação de maior carência.
- Assegurar que todas as crianças, particularmente as meninas, vivendo em circunstâncias difíceis e as pertencentes a minorias étnicas tenham acesso à Educação primária gratuita, obrigatória e de boa qualidade.

BASE CONCEITUAL E ANÁLISE DO FENÔMENO “CRIANÇAS E ADOLESCENTES FORA DA ESCOLA”

Para um bom diagnóstico situacional e análise dos dados que serão revelados pelo Projeto, será necessária a delimitação de uma base conceitual mínima sobre formas de expressão do fenômeno “crianças e adolescentes fora da escola”, na sua cidade, assim como sobre as formas de prevenção e erradicação da infrequência, evasão e exclusão social.

O debate e a formação junto às equipes de trabalho sobre os conceitos de infrequência, evasão, abandono, fracasso e exclusão escolar deverão ser uma constante em todas as Fases do Projeto Aluno Presente.

POLÍTICAS SOCIAIS QUE PODEM DIALOGAR COM O PROJETO EM SUA CIDADE

Programa Saúde na Escola (PSE)

Política intersetorial do Ministério da Saúde e MEC, criada em 2007 com o objetivo de dar atendimento integral (prevenção, promoção e atenção) à saúde de crianças, adolescentes e jovens das escolas públicas, matriculados na Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), bem como na Educação Profissional e Tecnológica, e na Educação de Jovens e Adultos (EJA). A execução do Programa prevê a interação dos equipamentos públicos de Saúde e de Educação do Município beneficiado (escolas, centros de saúde e áreas de lazer, como praças e ginásios esportivos).

Programa Bolsa Família (PBF)

Lançado em 2003, o Programa de transferência direta de renda, sob condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza (renda mensal de R\$70 a R\$140 por pessoa) e de extrema pobreza (renda mensal de até R\$70 por pessoa) foi integrado ao Plano Brasil Sem Miséria, criado em 2011. Os valores pagos pelo PBF variam de acordo com o tamanho da família, a idade de seus membros e sua renda. Há benefícios específicos para famílias com crianças, jovens (até 17 anos), gestantes e nutrizes. Uma das condições para que a família continue no Programa, recebendo o benefício, é manter os filhos na escola: meninos e meninas de até 15 anos precisam frequentar 85% das aulas a cada mês; e adolescentes de 16 a 17 anos devem apresentar frequência de 75%. Também é preciso manter em dia a carteira de vacinação das crianças de até seis anos de idade. As crianças dessa faixa etária e as gestantes da família devem ainda comparecer regularmente à Unidade Básica de Saúde para exames preventivos, acompanhamento e orientação sobre nutrição e cuidados com a saúde.

Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC)

Programa criado para garantir o acesso e a permanência na escola a pessoas com até 18 anos de idade que recebem o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC). Esse benefício, no valor de um salário mínimo mensal, é concedido também a idosos (65 anos ou mais) e a pessoas de qualquer idade com deficiência, desde que tenham renda familiar *per capita* inferior a um quarto do salário mínimo. O objetivo do Programa é identificar crianças e jovens com deficiência que estejam fora da escola e criar meios para eliminar as barreiras que dificultam seu acesso à Rede pública de ensino.



3º PASSO:

Formação da equipe central

COORDENAÇÃO GERAL, DE CAMPO, DE COMUNICAÇÃO,
DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO E CONSULTORIA
METODOLÓGICA, DE GESTORES E DE ARTICULADORES
DE CAMPO

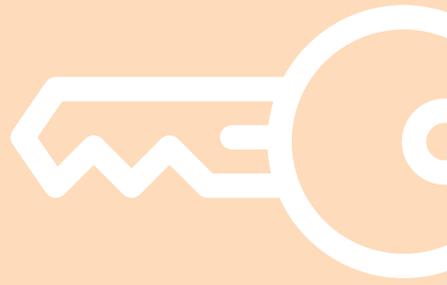
Definidas as diretrizes, os princípios e a base conceitual, chegou o momento de criar uma plataforma virtual com materiais pedagógicos e definir uma política de formação permanente e intersetorial dos gestores e articuladores do Projeto, tendo em vista a qualificação das equipes que atuarão no Projeto junto a famílias, escolas, comunidades e territórios.

LINHAS DA FORMAÇÃO

O sucesso da gestão do Projeto Aluno Presente está estreitamente vinculado ao perfil de seus consultores, gestores e articuladores – daí a dificuldade enfrentada por algumas Prefeituras em encontrar equipe de profissionais com saber técnico qualificado e liderança reconhecida, capaz de responder às suas complexas tarefas. Mais que incorporar o conhecimento do território e a articulação com o Poder Público local, impõe-se uma radical análise da própria concepção de Educação e direitos sociais, que leve à redefinição das atribuições dos atores aí envolvidos,

cujo despertar de habilidades pode advir de sensibilização e aperfeiçoamento, desde que as equipes sejam incentivadas à capacitação/formação contínua, visando às seguintes competências:

- **Política:** capacidade de aproximar e mobilizar diferentes representantes da sociedade, do Poder local e do/no território.
- **Teórica:** além de capacidade técnica e firmeza de princípios éticos, o profissional experiente e estudioso das políticas públicas, o consultor e o gestor local, especialmente, devem desenvolver pensamentos sistêmicos, flexíveis e criativos, que combinem conhecimento global e/ou nacional com prática local de Educação pública de qualidade social e prevenção de evasão e infrequência escolar.
- **Estratégica:** coragem e pró-atividade para romper com a improvisação meramente reativa em locais que concentrem ampla variedade de violações, situações de conflito, além de capacidade de decidir estrategicamente cada ação, alicerçado em conexões de relações ao invés de submissão a procedimentos burocratizados.



CONCEITOS-CHAVE

A SEREM QUALIFICADOS NO COTIDIANO DAS AÇÕES DO PROJETO ALUNO PRESENTE

AGENCIAMENTO INFANTIL

Condição ou fator imediato à exploração do trabalho, que torna possível a emergência de evasão e/ou infrequência escolar. Uma vez conhecido, pode ser superado.

FATOR DE PROTEÇÃO

Fator que reduz a probabilidade de incidência ou de efeitos negativos de infrequência ou evasão escolar. Quanto maior a presença de fatores de proteção e menor a presença de fatores de risco, menor a probabilidade de incidência e de efeitos negativos de evasão e infrequência escolar.

FATOR DE RISCO

Fator que aumenta a probabilidade de incidência ou os efeitos negativos de evasão ou infrequência escolar. Quanto maior a presença de fatores de risco e menor a presença de fatores de proteção, maior a probabilidade de incidência e de efeitos negativos de infrequência e evasão escolar.

POLÍTICA DE PREVENÇÃO DA EVASÃO E INFREQUÊNCIA ESCOLAR

Programas desenvolvidos pelo Governo (federal, estadual e/ou municipal) integrados em função de objetivos comuns, visando reduzir a incidência de infrequência e evasão escolar e/ou seus efeitos negativos sobre crianças, adolescentes, famílias e comunidade.

PREVENÇÃO PRIMÁRIA E AÇÕES DE BAIXA COMPLEXIDADE

Estratégia de prevenção centrada em ações dirigidas ao meio ambiente físico e/ou social, mais especificamente aos fatores sociais e ambientais que aumentam os fatores de risco de evasão/infrequência escolar e diminuem os fatores de proteção, tais como medidas mais abrangentes na estrutura da sociedade ou comunidade (prevenção situacional).

PREVENÇÃO SECUNDÁRIA E AÇÕES DE MÉDIA COMPLEXIDADE

Estratégia de prevenção centrada em ações dirigidas a crianças e adolescentes mais suscetíveis de se afastarem da escola, mais especificamente aos fatores que contribuem para a vulnerabilidade à infrequência escolar e baixa resiliência das crianças, visando evitar ou limitar sua evasão e os danos causados pela violação dos seus direitos, sobretudo de grupos vulneráveis socialmente.

PREVENÇÃO TERCIÁRIA E AÇÕES DE ALTA COMPLEXIDADE

Estratégia de prevenção centrada em ações dirigidas a crianças e adolescentes que já evadiram e estão reintegrados à escola, visando evitar as situações de risco de nova evasão.

PREVENÇÃO UNIVERSAL

Estratégias de prevenção da evasão e da infrequência escolar direcionadas à sensibilização de toda a população para o problema.

PREVENÇÃO LOCALIZADA

Estratégias de prevenção direcionadas a uma parcela da população.

PREVENÇÃO FOCALIZADA

Estratégias de prevenção baseadas em uma única ação/programa, direcionada/o a um único fator de risco ou de proteção.

RESILIÊNCIA

Utiliza-se no universo educacional para se referir à capacidade das crianças, famílias, professores, grupos e comunidades que os tornam menos suscetíveis ao envolvimento com a violência e à vitimização, mesmo em situações de alto risco.

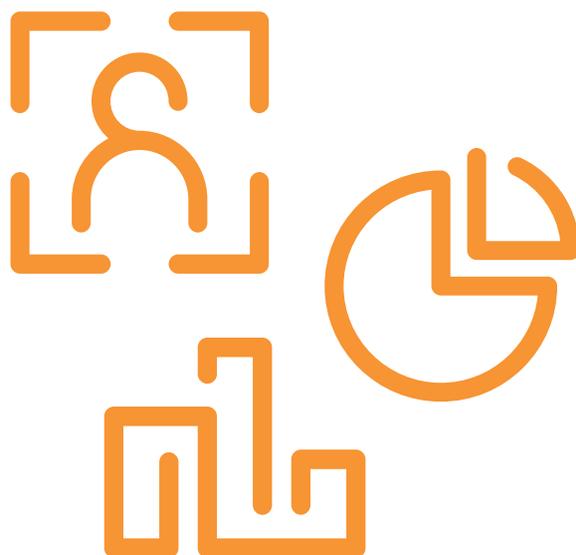
VIOLÊNCIA

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), trata-se do uso intencional da força física ou do poder, real ou sob ameaça, contra outra pessoa ou contra si próprio ou contra outro grupo de pessoas, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação.

VULNERABILIDADE À EXCLUSÃO ESCOLAR

Condição da criança, jovem, famílias, grupos e comunidades que os tornam mais suscetíveis a situações de infrequência e risco de evasão escolar.

Torna-se essencial, também, que os gestores responsáveis pelo Projeto verifiquem o nível de formação existente no Município sobre as temáticas da evasão escolar, seja no que tange aos diferentes profissionais envolvidos (articuladores e gestores), como também àqueles mobilizados pela iniciativa, tais como técnicos e gestores de diferentes políticas. Sugerimos, assim, a formação oferecida sobre **dados sociodemográficos da região onde o Projeto-piloto estará em desenvolvimento**, pois proporcionará maior conhecimento da realidade local e das questões estruturais da cidade que estarão interferindo no processo de produção e manutenção do fenômeno da criança fora da escola ou em risco de evasão.





**Você conhece alguma
criança fora da escola?**

www.alunopresente.org.br

4º PASSO:

Definição de estratégias de sensibilização e comunicação; criação de uma Central “Disque Aluno Presente”

Neste passo será fundamental definir uma equipe qualificada e com o foco principal no desenvolvimento de estratégias de sensibilização e de comunicação sobre o fenômeno da criança fora da escola.

Indicam-se diferentes estratégias de promoção e mobilização social do Projeto Aluno Presente que não somente deem visibilidade às crianças fora da escola tanto no território como na cidade de abrangência do Projeto, mas promovam a sensibilização do público em geral para a problemática central do direito à Educação. Sugere-se o desenvolvimento de uma identidade visual e conceitual do Projeto para construir, no seu público-alvo, a noção de que “o futuro da criança começa e está na escola”.

As peças de comunicação devem ter alcance rápido, com a utilização de carros de som, cartazes, panfletos e mobiliário urbano, pois poderão ser uma ótima ferramenta para a equipe de campo no período de matrículas da Rede Municipal de Educação. Será essencial incluir nessa frente de mobilização e divulgação também as parcerias com as Associações de moradores, Instituições religiosas, Organizações da sociedade civil, equipamentos públicos, comércio local, apoio de lideranças comunitárias, etc.

O trabalho cotidiano dos articuladores locais será, também, muito relevante, nos diferentes espaços da cidade, divulgando o Projeto, informando pessoas, lideranças comunitárias, instituições, famílias e a população em geral.

Numa segunda fase, as ações de comunicação se concentrarão na ampliação da visibilidade do Projeto pelos territórios e na mídia, de forma a incorporar maior demanda espontânea e a sensibilizar a opinião pública sobre o direito ao acesso à Educação de qualidade social. Outras ações e instrumentos de divulgação podem ser:

- Peças permanentes para site e redes sociais
- Parceria com empresas de transporte público
- Central telefônica – Disque Aluno Presente
- WhatsApp (divulgação de número específico)
- Página nas redes sociais (Facebook e Twitter)
- Parceria com Rádios e TVs comunitárias
- Participação em fóruns e ações sociais nos territórios
- Distribuição de materiais nas Unidades de Saúde e Clínicas da Família
- Distribuição de materiais nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS)
- Parceria com clubes de futebol, escolas de samba, comércio local, igrejas, etc.
- Distribuição de Cartilhas para famílias nos territórios (nas residências)
- Apoio à Matrícula Digital.



**VOCÊ CONHECE
ALGUMA CRIANÇA
DE 6 A 14 ANOS
FORA DA ESCOLA?**

Procure-nos!
Para indicar uma criança ou saber
mais sobre o projeto, entre em
contato conosco.

Telefones: 3521-1670 ou 3521-1671
Whatsapp: 99184-5753
Facebook: Projeto Aluno Presente
www.alunopresente.org.br

Realização:     Apoio: 




Você conhece alguma criança de
6 a 14 anos fora da escola?
www.alunopresente.org.br



**VOCÊ CONHECE ALGUMA
CRIANÇA DE 6 A 14 ANOS
FORA DA ESCOLA?**

Para indicar uma criança ou saber
mais sobre o projeto, entre em
contato conosco.

Telefones: 3521-1670 ou 3521-1671
Whatsapp: 99184-5753
www.alunopresente.org.br





5º PASSO:

Criação de uma base de dados e mapas de geoprocessamento

Para o início e o desenvolvimento do Projeto Aluno Presente será fundamental a criação de uma **base de dados que cruze as informações dos Órgãos oficiais, das escolas e dos articuladores de campo**. Outro ponto-chave será a implantação de um Aplicativo, a ser usado pelos articuladores, para envio de dados, em tempo real, por celular, durante o trabalho de busca ativa das crianças infrequentes ou em risco de evasão escolar.

MAPAS, GEOPROCESSAMENTO E BANCO DE DADOS

Quando comparamos as periferias aos bairros mais assistidos pelo Estado, percebemos que o acesso à Educação se distribui de forma muito desigual em uma cidade.

Por isso é que se deve dar uma especial atenção aos **“pontos quentes”**, onde sobram motivos para a “infrequência” de crianças e adolescentes, até mesmo o desinteresse de suas famílias pelo ambiente escolar, e a tudo o que lhe diz respeito. Estes focos de evasão ou de infrequência geralmente parecem ser favorecidos

por circunstâncias que, uma vez mapeadas com objetividade, podem vir a ser erradicadas ou diminuídas a partir de medidas de “**prevenção situacional**”. Assim, importa uma observação atenta para os fatores que favorecem a evasão e/ou infrequência escolar, tais como: situação econômica, índices de criminalidade, disseminação de drogas e armamentos ou violência doméstica e familiar.

Além de Mapas de Geoprocessamento que propiciam aos gestores municipais uma visualização cada vez maior da situação educacional da cidade, será muito importante obter informações sobre as **iniciativas implementadas pela sociedade** já que, sendo a Educação um direito garantido e, portanto, uma responsabilidade de todos, evidencia-se a necessidade de prevenção contra tudo que impeça seu exercício. Isto é possível por meio de um trabalho integrado entre diversas áreas e setores públicos, munidos de tecnologia avançada, voltada a gerar cada vez mais informações em tempo real do cenário educacional da localidade.

É preciso, portanto, que as Prefeituras organizem suas estruturas administrativas para as tarefas adequadas de **gestão da informação** e, neste sentido, ir à busca de resultados completamente diferentes, uma vez que o vácuo de políticas públicas eficientes é um dos grandes motivos, por exemplo, do descrédito imenso que nas últimas décadas recaiu sobre o ensino público, se comparado às escolas da iniciativa privada.

Nesse sentido, o **Banco de Dados** tornará possível a sistematização de informações produzidas pelos articuladores de campo, com o intuito de realizar o **levantamento das principais questões que envolvem os casos identificados** e a forma como cada Secretaria poderá atuar a fim de produzir resultados efetivos.

ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DE UM DIAGNÓSTICO SITUACIONAL

No estágio inicial da implementação do Projeto deve-se estar atento aos indicadores, fatores ou variáveis pertinentes, bem como ao repertório de aspectos ou dimensões relevantes para uma boa análise da problemática da evasão e da infrequência escolar infantil e adolescente. Os fatores ou aspectos surgirão de forma explícita ou implícita na pesquisa de cada realidade local.

As questões trazidas a seguir pretendem localizar um amplo escopo de situações que podem ser registradas por um mecanismo que sirva desde o cadastramento para futuro acompanhamento até a realização de uma pesquisa aprofundada sobre o fenômeno em cada localidade:



A família e a criança

- Biparental (heterossexual ou homossexual); monoparental (masculina ou feminina); com presença de apenas duas gerações (pais e filhos) ou mais que duas (avós e bisavós); dotada de número maior ou menor de filhos (cujos gêneros também são significativos). Para cada criança é relevante seu lugar na sequência dos irmãos. Há mães ou pais adolescentes convivendo com a família original?
- É egressa de processo migratório ou não? A migração pode ser internacional, interestadual, intermunicipal ou intramunicipal. A quantas gerações fixou-se no território que habita atualmente? A migração correspondeu a uma trajetória ascendente ou descendente, segundo a própria percepção dos atores?

- Qual a cor dos familiares ou quais as suas cores/etnias, em suas próprias categorizações e de acordo com a classificação do IBGE?
- Qual a idade de cada responsável e das crianças?
- Qual o sexo das crianças focalizadas pela pesquisa?
- Há ou houve relações com as instituições da Justiça criminal, a começar pela polícia, e/ou com entidades públicas ligadas à assistência social ou ao ECA, como o Conselho Tutelar?
- Há ocorrência de alcoolismo, dependência química, problemas crônicos de saúde, acidentes que tenham alterado projetos familiares e seus itinerários sociais e econômicos? A criança recebeu algum diagnóstico que, segundo a percepção familiar, afetaria ou poderia vir a afetar seu desempenho escolar? Neste caso, submeteu-se ou vem se submetendo a algum tipo de tratamento?
- Quanto às religiões, há adesão (e prática assídua) a alguma tradição ou a várias? Houve mudanças recentes? Há, por diversidade de adesões, conflitos e divisões no interior da família?
- No que toca à escolaridade dos avós, dos pais e dos irmãos da criança em causa, houve, ao longo das gerações, permanência, regressão ou elevação na formação escolar? Na família, quais atividades culturais são prezadas e/ou praticadas (segundo suas próprias definições)?
- Quais os temas geradores de conflitos internos na família? Drogas, sexo, comportamento, desempenho escolar, política, opções culturais, provisão de recursos para consumo, trabalho precoce, etc.?

- A linguagem em que se exercita a autoridade é a do diálogo ou da imposição e das sanções e punições?
- Quanto tempo por dia a criança se dedica à internet e/ou aos demais meios de comunicação, informação e entretenimento (TVs, rádios, jornais, livros, etc.)? Por qual equipamento acessa a internet? De onde o faz, preferencialmente, de casa, da escola, da rua ou da *lan house*?
- Quais as principais formas de diversão e lazer da criança?
- Quais são suas principais redes de relacionamento: colegas da escola ou da igreja, irmãos e parentes ou vizinhos?
- Quem são seus inspiradores, seus líderes admirados, seus ídolos?
- Quais as relações da criança com os esportes e as artes? Que futuro (se houver algum) a criança imaginou para si?
- De que modo a criança percebe a violência do bairro, da comunidade, de casa ou da escola?
- Quais as percepções da criança sobre a escola e como desejaria passar os seus dias? Ela faz alguma correlação entre ascensão econômica e escolaridade? Nutre alguma ambição de chegar à universidade, ou ao estágio superior de qualificação técnica, ou à possibilidade de realizar uma carreira artística ou esportiva? A própria ideia de “carreira” faz sentido? Quais as suas concepções sobre “trabalho”?
- De que modo percebem o tempo e sua relação com a biografia, isto é, com a ideia de que ela pode se dar ao longo de um processo construído por etapas encadeadas e sucessivas?

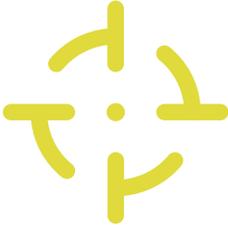
- Existe na família ou na criança a ideia de que um plano a ser realizado pode lhe cobrar sacrifícios?
- Qual o grau de envolvimento da comunidade e da escola com a família?
- E qual o lugar da escola na escala de valores e prioridades familiares?
- Quanto ao trabalho dos adultos e, eventualmente, dos adolescentes, importa saber os indicadores tradicionais (renda) e de acesso ao consumo, inscrição no campo formal ou informal, as mudanças recentes ou em curso e a trajetória, social e econômica.
- São especialmente importantes as informações referentes à violência doméstica, em todas as suas modalidades, inclusive agressões contra idosos e crianças.



A escola



- Em que nível se apresenta a organização interna da escola?
- Como está a qualidade material do prédio?
- Qual o nível de dedicação dos docentes e dos funcionários?
- Há flexibilidade e abertura da escola, isto é, de professores e funcionários, ao diálogo? Ou prevalece o rigor disciplinar e o autoritarismo?
- O envolvimento das famílias e da comunidade existe, é estimulado pela escola?
- Atividades extracurriculares são incentivadas e praticadas?
- No que toca à inovação e à variedade, o desenvolvimento do interesse dos alunos está devidamente caracterizado no currículo e nas metodologias pedagógicas?
- Qual o grau de satisfação dos professores e dos funcionários com a escola e com suas atividades?
- Que imagens professores e funcionários têm dos alunos?
- Quais as percepções dos estudantes sobre professores e funcionários, e sobre a escola, em seu conjunto?
- A escola, sua direção e os professores têm a sensibilidade necessária para compreender e valorizar o imaginário infantil e adolescente?



O território

- Qual o respectivo IDH do Município?
- Qual a taxa de desigualdade social?
- Qual a cor de pele predominante entre seus habitantes?
- Há presença ostensiva da violência interpessoal ou ligada ao tráfico e à polícia?
- É frequente a violência doméstica na comunidade?
- Que instituições do Estado estão presentes no território?
- A escola se situa no território e este corresponde à experiência coletiva representada pelo reconhecimento do pertencimento a uma comunidade?
- O território e/ou a comunidade é alvo de estigmatização por parte da sociedade não local?
- Existe uma rede interinstitucional, políticas intersectoriais e articulações com a sociedade local? Com que nível de qualidade?
- Quais as virtudes e as deficiências?

A condução das análises provisórias e parciais sobre infrequência e evasão escolar revelará a importância de algumas variáveis ou aspectos identificados no repertório de perguntas. Valerá uma atenção especial para verificar a precocidade do salto da admissão de importância para a definição de significância, por denotar tendências de probabilidade da presença de certos fatores (como pobreza extrema, vulnerabilidade aguda, intensidade da violência próxima da criança) e os efeitos nefastos no relacionamento com a escola.

Em resumo, ao final do diagnóstico situacional, os fatores significativos serão certamente identificados, assim como os modos de controlá-los e/ou superá-los.

Para que as futuras estratégias metodológicas do Projeto Aluno Presente venham a ser mais bem desenhadas, será fundamental aprofundar, no Município, o debate público, por meio da criação de fóruns e conselhos de direitos, sobre a questão das “crianças fora da escola”, visando à identificação do perfil e sua localização.

Sugere-se à gestão central do Projeto Aluno Presente buscar parcerias especializadas¹¹ para a realização de um diagnóstico socioterritorial, inicial, a fim de obter informações sobre a distribuição territorial das crianças e dos adolescentes que não estejam frequentando a escola ou se encontram em situação de risco de evasão escolar.

11. Parcerias com universidades ou centros de pesquisa especializados para a realização deste estudo inicial.



6º PASSO:

Desenvolvimento da experiência-piloto

A realização de uma experiência-piloto (entre seis e 12 meses) na área que o Projeto pretende abranger é necessária. Nessa Fase, recomenda-se implementar a **busca ativa, a mobilização e a articulação** da Rede de Proteção Social territorial e regional pelos articuladores de território.

A complexidade do Município no qual será desenvolvida a experiência-piloto deverá comportar o aperfeiçoamento de estratégias, a otimização de processos e a antecipação de desafios a serem enfrentados. A partir daí, será possível definir o desenho metodológico para os próximos dois anos¹² do Projeto.

O território escolhido compreenderá a formação e a atuação de uma equipe com perfil multidisciplinar, composta por um **gestor de território e articuladores de campo**.

Nesse período do Projeto-piloto, a implementação de estratégias de busca ativa apoiada em parcerias com Organizações locais, Unidades de Saúde, escolas e outros atores-chave significará uma ação estruturante para o contato direto com o contexto e realidades das crianças infrequentes ou fora das escolas.

12. Tempo mínimo indicado para fins de impacto social na reversão das dinâmicas propiciadoras dos processos de infrequência e evasão escolar.



Trabalhar com o CadÚnico poderá ser uma possibilidade. Contudo, este Cadastro pode não se mostrar produtivo para a equipe de campo, primeiramente porque sua atualização acontece a cada dois anos e também porque se trata de um banco de dados do Governo Federal, alimentado pelos municípios, no qual são cadastrados todos aqueles que buscam inserção em qualquer programa social.

Nesse sentido, **sugere-se uma busca ativa a partir da listagem de alunos matriculados durante o ano na Rede Municipal de Ensino e evadidos no mesmo período**. Uma validação da informação de casos de

crianças fora da escola certamente poderá ser buscada pelas equipes em uma ida ao campo de pesquisa, com dados concretos que propiciem insumos para a reflexão sobre as razões que estejam levando as crianças a nunca terem estudado ou a terem se evadido da escola.

Essa informação primária poderá vir de diferentes fontes, tais como indicações espontâneas de moradores da região, de instituições da sociedade civil ou de técnicos de equipamentos públicos de Assistência ou Saúde, por exemplo.

No caso de a criança estar fora da escola, indica-se à equipe criar um Cadastro, orientando a família e encaminhando à respectiva Coordenadoria Regional de Educação do Município (ou Órgão similar), viabilizando sua matrícula em escola da Rede Pública de Ensino. Caso a criança já esteja matriculada, mas infrequente, o Cadastro para acompanhamento da criança deverá ser feito assim mesmo, uma vez que, por já apresentar histórico de evasão, aquela determinada criança pode encontrar dificuldades em sua permanência na escola.

O importante, enfim, é a percepção da equipe sobre o quanto uma experiência-piloto pode reunir subsídios necessários para a formulação de estratégias assertivas que levem em conta tanto as demandas de alunos infrequentes ou já evadidos, como os reais espaços para fortalecimento de vínculos comunitários, a fim de que as crianças não deixem de estudar. Nesse sentido, mapear possibilidades de atendimento em atividades sociopedagógicas favorecerá parcerias para a identificação de crianças fora da escola e, ainda, fará com que estas visitas em atividades locais venham a viabilizar a divulgação do Projeto nas comunidades.



7º PASSO:

Elaboração de estratégias para identificar crianças e adolescentes fora da escola em todas as regiões da cidade

Após a experiência-piloto, há algumas perguntas-chave a serem feitas para a ampliação do Projeto nas demais regiões da cidade:

- a qualificação da equipe foi suficiente para a realização da abordagem, diagnóstico e intervenção intersetorial?
- quais limites e entraves precisam ser aprimorados?
- quais potenciais podem ser mais explorados?
- como proceder quando, na identificação dos motivos que levam a criança a deixar a escola, notar-se a necessidade de uma atuação que vá além do encaminhamento para matrícula ou de acompanhamento da frequência escolar?

A abordagem dos articuladores de campo deverá ser feita de forma respeitosa, sem julgamentos de qualquer espécie, visando entender as questões sociais que se colocam, no sentido de buscar a Rede de Proteção Social e, dessa maneira, garantir o direito da criança e do adolescente à Educação. Aqui, estarão as referidas articulações com as Redes locais de Assistência e Saúde que, quando necessário, poderão viabilizar possíveis encaminhamentos de atendimento por técnicos dessas áreas.

Esta aproximação da equipe do Projeto com os técnicos das diferentes Secretarias do Município possivelmente trará à tona, além de brechas de articulação existentes entre as políticas setoriais, um mapeamento sobre as ações que as diferentes áreas vêm desenvolvendo.

LIDANDO COM OS DESAFIOS

Alguns entraves serão encontrados, como em qualquer experiência-piloto. Imagina-se que os desafios identificados provavelmente dirão respeito a questões político-institucionais, a especificidades do território de atuação do Projeto-piloto e ao contexto social das crianças e famílias identificadas.



Caberá aqui, então, uma boa checagem no modelo de gestão setorial (em geral, fragmentado) da Administração local, pois pode estar aí um “calcanhar de Aquiles” da atuação do Poder público – especialmente frente à natureza multifatorial do fenômeno da evasão escolar.

Quanto à identificação das características das crianças fora da escola, caberá aos dados coletados na entrevista da primeira abordagem às famílias demonstrarem em que nível percentual está a frequência dos alunos. Estará aí, portanto, um grande desafio no que toca à garantia de sua permanência.

Com base na experiência-piloto, elaborar um protocolo de ações que definirá o fluxo de busca ativa, encaminhamento à Rede e acompanhamento, certamente, será benéfico, conforme o fluxo abaixo sugerido:



ARTICULADORES LOCAIS

Responsáveis pela busca ativa e cadastro de crianças fora da escola, pela identificação de instituições que possam colaborar com os objetivos do Projeto e pelo acompanhamento das crianças identificadas e rematriculadas, os **articuladores locais** atuam na ponta da Rede estabelecida no Projeto, no contato direto com as famílias, agentes sociais, crianças e adolescentes que encontram no campo.

O trabalho de busca realizado pelo articulador local é feito individualmente ou em dupla, conforme

a experiência em territórios com presença de grupos armados ou conflitos frequentes com a polícia, de forma a facilitar a execução do trabalho. Indica-se, inclusive, que de preferência os articuladores morem em regiões que fazem parte das suas áreas de atuação.

A boa relação e confiança entre os articuladores e o gestor responsável da região também contribuirão na execução dos trabalhos. É necessário realizar reuniões semanais para que o grupo possa compartilhar suas impressões, os casos e desafios e estabelecer a troca de experiências com os colegas e gestores sobre a melhor forma de acompanhar as crianças e adolescentes identificados pelas equipes do Projeto.



“A experiência em territórios com presença de grupos armados ou conflitos frequentes com a polícia facilitará a execução do trabalho do articulador local”

Nesse aspecto, surgem demandas diversas que exigem da equipe local estratégias específicas para cada caso. Saber até onde ir com situações em que diversas alternativas já foram tomadas e, mesmo assim, a permanência da criança na escola se mostra frágil, implica, por parte do articulador, atualizar permanentemente a situação da criança, ao mesmo tempo em que se faz necessário saber quando um caso já se encontra fora do alcance da atuação do articulador. Nesses momentos, será fundamental saber quais Órgãos acionar e com que parceiros contar no estabelecimento dessa Rede de apoio intersetorial que vem sendo trabalhada e reforçada no desenvolvimento do Projeto Aluno Presente.

Será por meio dessa Rede de instituições que os encaminhamentos ganharão maior chance de manter o estudante na escola. Registra-se a importância da atualização das informações na base de dados do Projeto, sendo esta uma das tarefas que exigem mais tempo e dedicação dos articuladores, além das idas ao campo. Portanto, deve ser estipulada uma hora da carga horária diária para a realização do preenchimento do Banco de Dados. Essa tarefa exigirá do articulador a organização e o comprometimento com as informações coletadas.

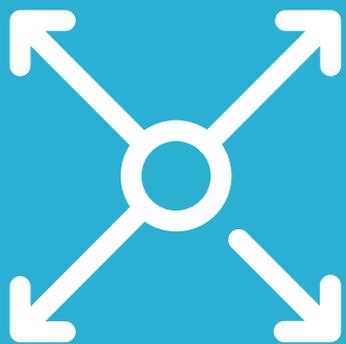
DESAFIOS QUE FORAM ENFRENTADOS PELA EXPERIÊNCIA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO QUE VALEM SER COMPARTILHADOS

Os desafios encontrados em uma iniciativa desenvolvida na ponta por uma Instituição da sociedade civil a partir de articulações com Organizações de mesma natureza jurídica e Órgãos Públicos são inúmeros e perpassam diferentes esferas:

- Circulação no território: aparecem, diariamente, desafios relacionados à violência nos territórios, devido à existência de grupos armados e operações policiais violentas em diversas partes de atuação do Projeto, que dificulta a entrada em regiões com indicadores críticos de evasão escolar.
- Alterações nos quadros de profissionais já formados e a necessidade de nova seleção/formação continuada.
- Natureza das ações no campo: intempéries próprias do trabalho desenvolvido na rua, submetido às condições climáticas, como o excesso de calor e os períodos de fortes chuvas que interferem na realização do trabalho conforme planejado.
- Listas oficiais nem sempre produtivas e atualizadas: os articuladores locais despendem tempo significativo na validação de informações oficiais defasadas, incompletas e desatualizadas.
- Falta de vagas nas escolas, principalmente em algumas áreas específicas da cidade. Muitas vezes, as vagas encontradas estão em escolas que apresentam altas taxas de evasão, caracterizando, assim, um círculo vicioso no Sistema.
- Múltiplas e fragmentadas expressões da questão social e política: violência doméstica, prostituição

infantil, negligência dos pais, problemas de saúde do responsável, gravidez na adolescência, envolvimento com tráfico de drogas (uso e trabalho).

- Falta de documentação (registro civil e declaração de escolaridade): Embora, oficialmente, não haja impedimento para a efetivação de matrícula sem documentação, as famílias acabam não procurando a escola por falta de informação ou por temer algum tipo de sanção como, por exemplo, perder a guarda da criança. Em alguns casos, mesmo que as famílias procurem as escolas sem documentação, algumas dessas unidades, em descumprimento de uma determinação legal, acabam não efetivando a matrícula.
- Mobilização da família: algumas famílias demoram ou não dão seguimento aos encaminhamentos e orientações dadas pelas equipes.
- Acolhimento das escolas: nem sempre o acolhimento das escolas acontece conforme o esperado. Entretanto, as crianças e adolescentes necessitam de acolhimento e acompanhamento específicos, sensíveis à sua condição de vulnerabilidades sociais e defasagens escolares;
- A oferta de polos de internet gratuita para a efetivação da matrícula também apresentam falhas que merecem atenção.
- Realização de avaliações para correção de fluxo: não raro, o público atendido pelo Projeto se constitui de crianças e adolescentes em defasagem entre a idade que têm e o ano escolar que, idealmente, deveriam estar cursando. Desta forma, durante o período de matrícula digital, muitas destas foram orientadas a realizar uma avaliação para serem enturmadas adequadamente.



8º PASSO:

Expansão do Projeto em todo o Município

Nesta fase, é fundamental obter dados precisos e clareza no fluxo das ações, considerando-se um leque cada vez mais amplo de fontes, no sentido de identificar as áreas de maior concentração de “crianças fora da escola” em sua cidade.

Isso, certamente, levará à reformulação das estratégias metodológicas a serem adotadas no Projeto e em cada região do Município. A elaboração regional de um Subprojeto Aluno Presente pode acontecer neste momento.

Com o desenho metodológico construído de forma colaborativa e validado por técnicos da Secretaria Municipal de Educação e demais atores institucionais de seu Município, as articulações para a ampliação das atividades do Projeto deverão ser iniciadas, tendo em vista sua abrangência territorial em outros bairros da cidade, a serem escolhidos a partir de dados que identifiquem áreas de maior vulnerabilidade à situação de infrequência e evasão escolar.

Neste sentido, além de uma possível contratação de mais equipes de campo (articuladores de campo e um gestor de território), é essencial o encaminhamento a um processo formativo que anteceda as visitas a instituições sociais (não governamentais) com atuação nos novos territórios.

O objetivo, aqui, será a **divulgação da iniciativa e o levantamento de possíveis parceiros**, tanto para informações sobre crianças fora da escola como no sentido de possibilitar atendimento das crianças identificadas em atividades sociopedagógicas já oferecidas pelas instituições.

Uma vez apresentada a estratégia de ampliação no GT Intersectorial, poderão decorrer as articulações com membros de equipamentos públicos que já atuam nos novos territórios, para definição de fluxos visando à criação de Redes de Proteção mais amplas para o enfrentamento da evasão escolar.

Uma expansão das atividades deverá ser prevista para gerar atendimento em toda Rede de Ensino da cidade. É provável, portanto, a necessidade de contratação de mais articuladores locais e gestores de território, a serem distribuídos em equipes locais, que passem a atuar nos bairros, a partir da organização da Rede Municipal de Educação.

Considerando-se, também, a necessidade de que todos os técnicos alocados nessa instância e as equipes de gestão das escolas conheçam os objetivos e as estratégias da iniciativa, a coordenação do Projeto deverá apresentá-los a cada nova equipe técnica de Coordenadorias Regionais de Educação, Subsecretarias, Secretarias Regionais, Superintendências Regionais de Ensino, etc. ou a estrutura regional de Educação com outra nomenclatura) e seus respectivos Diretores de escola e, com eles, alinhar os fluxos de trabalho.

Os encontros aproximarão os profissionais da Secretaria alocados nas instâncias regionais ou nas escolas aos gestores de território e sua equipe de articuladores locais – além de fundamentais para alinhar o planejamento geral de trabalho à realidade de cada local. É sempre bom lembrar que, apesar de um desenho único para a política educacional da Administração Municipal, as estruturas regionais e as escolas fazem ajustes e adaptações a partir das especificidades das áreas de abrangência de cada uma.

APRIMORANDO O FLUXO DOS ATENDIMENTOS

Após o Cadastro no Projeto, o acompanhamento poderá ser qualquer ação em relação à criança ou à família que vise à obtenção de informação sobre o caso. Quando aplicável, dará os devidos encaminhamentos e orientações voltados a facilitar o acesso da criança à escola.

O contato presencial do articulador costuma ser o tipo mais comum de acompanhamento, porém, o Projeto deverá oferecer outras opções nesse sentido, tais como **contatos telefônicos, consultas ao Sistema de Gestão Escolar (para confirmar a matrícula da criança), retornos por e-mail ou diretamente nas escolas em que as crianças estarão inseridas, reuniões com instituições parceiras para tratar do caso**, etc..

Da mesma maneira, a equipe de monitoramento deverá se responsabilizar pela recepção dos dados dos acompanhamentos (com o código da criança), unindo-os ao seu Cadastro.¹³

Quanto ao processo de acompanhamento das crianças fora da escola, as equipes do Projeto deverão realizá-lo na totalidade dos casos identificados, uma vez que somente a partir desta estratégia será possível garantir a inserção e a permanência das crianças e dos adolescentes na instituição escolar.

Um acompanhamento de cada caso individualmente deverá ser também buscado, seja por meio de uma nova visita ou por contato telefônico, após a identificação inicial realizada por meio da busca ativa. Não devemos destacar, ainda, um alinhamento de fluxos institucionais capaz de monitorar a frequência das crianças e adolescentes inseridos pelo Projeto. O monitoramento da frequência utilizado no Programa Bolsa Família pode ser importante neste aspecto.

13. Ver 9º passo, a seguir.



9º PASSO:

Acompanhamento, monitoramento e avaliação do Projeto e das crianças e adolescentes atendidos e reinseridos na Rede de Ensino Fundamental

O trabalho de análise quantitativa e qualitativa do Banco de Dados deve desdobrar-se no planejamento de produtos direcionados à compreensão do fenômeno da criança fora da escola no Município, destinado a técnicos e gestores públicos, acadêmicos, estudiosos do tema e sociedade em geral.

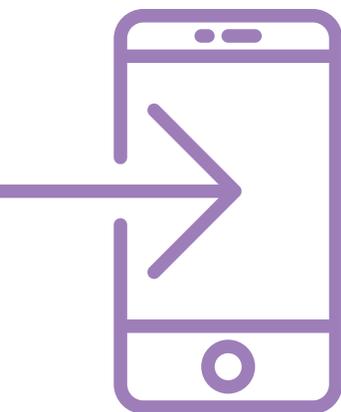
Considerando-se a extrema relevância desta temática para a promoção dos direitos humanos fundamentais, em especial dos direitos das crianças e adolescentes, o material produzido pelos gestores participantes do Projeto terá um destino estrategicamente orientado para instituições nacionais e internacionais interessadas em desenvolver uma experiência similar, além de pressionar a opinião pública sobre sua urgência e importância.

SISTEMA DE COLETA, PROCESSAMENTO E MONITORAMENTO DE DADOS

Este Sistema é dividido em duas principais ferramentas:

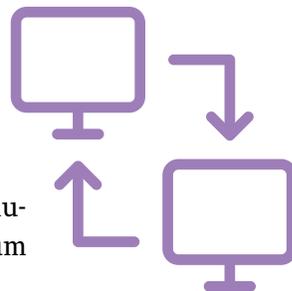
- aplicativo para coleta de dados instalado nos aparelhos celulares das equipes de campo.
- plataforma intranet para processamento dos dados.

No Rio, um **aplicativo** foi implantado no segundo semestre de 2014 e vem sendo utilizado de forma exitosa nos trabalhos de busca ativa e acompanhamento de crianças, além de possibilitar a articulação institucional com as Organizações locais e as Unidades de Ensino. O Aplicativo permite a coleta de dados em locais sem acesso à internet e sem rede móvel de telefonia, realidade de muitos locais de circulação das equipes de campo e em muitas cidades brasileiras. Além disso, facilita o trabalho do articulador por garantir o acesso a todos os instrumentais do Projeto de forma rápida e organizada. Há também eventuais problemas que o uso dessa ferramenta apresenta, como a impossibilidade de usar os aparelhos celulares em locais considerados “perigosos” e com risco de exposição do articulador, além de casos de furto ou mau funcionamento do Aplicativo.



A **plataforma intranet** a ser desenvolvida exclusivamente para o Projeto pode ser acessada por um *login* e tem como principais funcionalidades:

- Revisão das informações coletadas em campo.
- Identificação de registros duplicados de crianças.
- Verificação do atendimento da faixa etária das crianças identificadas, segundo os critérios definidos.
- Consulta às informações cadastrais e de acompanhamento do público atendido.
- Georreferenciamento do local de moradia das crianças.
- Monitoramento das metas individuais e das equipes de campo.
- Extração de resultados gerais e por área.
- Extração de relatórios com informações do público atendido.
- Registro de ações complementares, além da inserção das crianças na Rede escolar.
- Atualização do cadastro das crianças nos casos de mudança de endereço e formas de contato.
- Construção do perfil das crianças identificadas, com informações socioeconômicas, educacionais, de saúde e de configuração familiar, entre outras.





10º PASSO:

Consolidação de uma política pública de prevenção e erradicação da evasão escolar no seu Município

Após três anos de experiência¹⁴ estima-se que o Grupo de Trabalho Intersetorial avançará, consideravelmente, na direção de consolidar estratégias de continuidade da política pública de garantia ao acesso e à permanência da criança e do adolescente na escola. Para isso, o trabalho do GT deverá focar também na elaboração de um desenho de uma política pública direcionada a crianças fora da escola, infrequentes, considerando-se os aprendizados e as metodologias do Projeto Aluno Presente como base de orientação para o estabelecimento de fluxos internos na Prefeitura, que possam ter continuidade de forma autônoma e permanente.

A seguir, apresentamos um fluxo para esta fase, fundamental para a continuidade do Projeto e seu enraizamento como política pública de combate à evasão escolar e à infrequência de crianças e adolescentes em idade escolar:

14. Tempo sugerido de duração do Projeto.



INFORMAÇÃO

Levantamento das fontes de dados necessárias à localização das crianças fora da escola.



MAPEAMENTO DE DESAFIOS COMUNS ÀS SECRETARIAS

Como as diversas questões sociais, sejam problemas de saúde, subregistro civil, pobreza e violência, dentre outros, convergem para a existência de crianças fora da escola?



DEFINIÇÃO DE METAS COMUNS ÀS SECRETARIAS

Uma vez mapeados os desafios que se sobrepõem à realidade social, é necessário contrastar as metas setoriais e encontrar os pontos de interseção intersetoriais que serão acompanhados.

O Grupo de Trabalho do Projeto Aluno Presente do Rio de Janeiro foi formado por gestores, assessores e técnicos das Secretarias da Educação, Saúde e Assistência Social, incluindo também representantes da Casa Civil. O objetivo foi consolidar um desenho de política intersetorial, que foi sendo discutida desde o primeiro ano do Projeto. Com a intensificação e os resultados da experiência, o GT Intersetorial foi fortalecido politicamente, viabilizando propostas de encaminhamento e legitimação pelos Secretários das pastas envolvidas. A meta de longo prazo deste Grupo, que se reuniu mensalmente, era desenhar uma política pública, num documento institucional, a ser validado até o final de 2016, no qual foram descritas todas as questões fundamentais para que, de fato, fosse sustentável ao longo do tempo e com foco nas crianças fora da escola na Prefeitura do Rio. Coube aos gestores do GT, ainda, planejar e organizar a realização de uma experiência-piloto intersetorial,



MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Definição das principais informações a serem levantadas e acompanhadas ao longo do processo.



PROTOCOLO DE AÇÕES CONJUNTAS

Como estabelecer um fluxo de atendimento adequado a partir dos programas e do corpo de profissionais já existentes em cada Secretaria?



FORMALIZAÇÃO DA POLÍTICA

A partir de um teste piloto da metodologia desenvolvida, ajustar o que for necessário e documentar o processo para oficializar sua implementação em escala municipal.

para início no segundo semestre, no bairro de Acari (um dos piores indicadores sociais da cidade, na Zona Norte). Neste piloto, foi experimentado um desenho metodológico do Aluno Presente, utilizando-se agentes de Saúde e comunitários que já atuavam nos equipamentos públicos nessa região. Esses agentes substituíram os articuladores do Projeto Aluno Presente, coordenado até o final de 2016 pela Associação Cidade Aprendiz. Foi feita, concomitantemente, a formação para esses agentes com o objetivo de assimilarem a forma como os articuladores do Projeto Aluno Presente atuaram na identificação e no acompanhamento das crianças em situação de infrequência ou evasão e sua inserção nas escolas.

A seguir apresentamos o exemplo de Protocolo de ações conjuntas consolidado pela articulação do projeto Aluno Presente no município do Rio de Janeiro com as três secretarias de Educação, Saúde e Desenvolvimento Social, além da Casa Civil:

1 | BUSCA ATIVA



2 | ENCAMINHAMENTOS PARA MATRÍCULA / INSERÇÃO





3 | ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO PERMANENTE



Sinalização da criança matriculada SGA
Discussão dos casos
Acompanhamento de frequência

Considerações finais



Diante do exposto, acreditamos ter pontuado neste Documento Orientador os princípios que compõem o propósito maior do Projeto Aluno Presente: a defesa e o aprimoramento de todas as formas que garantam à criança e ao adolescente seu direito constitucional de acesso à Educação e permanência na escola.

Vimos que a conquista da “universalização do acesso” ainda está em processo no nosso País. Por ser parte importante da lógica sistêmica que produz o fracasso escolar, a evasão e a infrequência crônica foi um alvo largamente considerado por nossa atenção.

Um passo essencial dado nesta direção pelo Projeto Aluno Presente foi o de integrar ações das Secretarias Municipais de Educação, Saúde e Desenvolvimento Social em três linhas de atuação:

- reconhecimento do fenômeno da “criança fora da escola” na agenda de prioridade da política municipal da Educação;
- articulações com a Rede de Proteção Social; e
- produção de novos diagnósticos e tecnologias sociais de enfrentamento da exclusão escolar.

Os dez passos sistematizados neste Documento Orientador visaram à criação de uma política pública capaz de gerar estratégias de sensibilização, mobilização social e irradiação do Projeto para outras cidades do País que, a seu modo, também estejam vivenciando os dilemas referenciais vividos pelo próprio campo da Educação, como *locus* de produção de conhecimento, de formulação de conceitos e práticas profissionais.

Espera-se que o presente trabalho traga a seus leitores a chance de viabilizarem, de forma eficaz, novas possibilidades de identificação de crianças e adolescentes fora da escola, que garantam seu retorno e sua permanência no ambiente educacional.

O grande desafio da escola pública brasileira está em redefinir os termos de sua relação com as camadas sociais mais pobres, ou seja, com o grupo de “crianças e famílias mais vulneráveis”, que é o seu maior público, reafirmando o papel que a Constituição de 1988 deu à escola: ensinar e educar para a vida em sociedade e contribuir para a formação cidadã dos estudantes, contribuindo para reduzir as desigualdades historicamente produzidas no Brasil.

Que este Documento sirva como um novo instrumento para que você, gestor e profissional de Educação, Saúde e Assistência Social encontrem subsídios que contribuam na mobilização e agregação de esforços vindos da sociedade, do território, da escola e de profissionais engajados na defesa do direito à Educação.

Mãos à obra!

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Vivianne. (2008). *Desafios do trabalho em rede*. Rio de Janeiro. Disponível no site: Rede de Informações para o Terceiro Setor – www.rits.org.br.
- ANDRADE, Ferreira Coelho de.; BELEZA, Mirna Carla Moreira; SOUZA, Alinne Bianca Lima. (2012). Novos arranjos familiares e os desafios ao direito de Família; uma leitura a partir do Tribunal de Justiça do Amazonas Monoparental Brasileira. *Rev. Eletrônica da Humanidade do curso de Ciências Sociais da UNIFAP*.
- ARROYO, Miguel. [s/a] *A educação não se faz em Gabinete*. Entrevista ao Portal Aprendiz. Disponível em: <http://portal.aprendiz.uol.com.br/2013/05/17/%E2%80%99Ceducacao-nao-se-faz-do-gabinete%E2%80%99D-diz-miguel-arroyo-aos-gestores-no-14%C2%BA-forum-da-undime/>
- ARROYO, Miguel G. (2004). *Imagens Quebradas: Trajetórias e tempos de alunos e mestres*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- ARROYO, Miguel. (2014). *Entrevista ao Portal Educação & Participação*. Disponível em: <https://educacaoeparticipacao.org.br/acontece/miguel-arroyo-a-escola-tem-que-se-integrar-com-uma-pluralidade-de-forcas-para-dar-conta-da-educacao-integral/>
- AYRES, Bruno R. C. (2008). *Redes Organizacionais no Terceiro Setor – um olhar sobre suas articulações*. Rio de Janeiro. Disponível no site: Rede de Informações para o Terceiro Setor – www.rits.org.br.
- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: <http://www.febem.sp.gov.br/files/pdf/eca.pdf>. Último acesso em 02/08/2015.

- BRASIL. INEP. (2009). *Revista Em Aberto*. n. 80 – Educação integral e tempo integral, vários autores. Disponível para download em: <http://www.publicacoes.inep.gov.br/>
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. (2011). *Instrutivo PSE / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica.*
- BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional da Criança e do Adolescente. (2006). *Resolução 113 de 19 de abril de 2006*. Dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- BURGOS, Marcelo Baumann (Coord.). (2014a) *A escola e o mundo do aluno*. Estudos sobre a construção social do aluno e o papel institucional da escola. Rio de Janeiro: Editora Garamond.
- BURGOS, Marcelo e PAIVA, Ângela (2009). *A Escola e a Favela*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/Pallas.
- CAVALIERE, Ana Maria. (2007). Tempo de escola e qualidade na educação pública. In: *Revista Educação & Sociedade* [número especial – Educação escolar: os desafios da qualidade, v. 28, n. 100], Cedes.
- COIMBRA, Lígia. (2009). *Educação integral em tempo integral: Estudos e experiências em processo*, [s/l]: Editora DP.
- COSTA, Natacha. (2015). Educação, cidade e democracia: a agenda do bairro-escola In: SINGER, Helena (Org). *Territórios educativos: experiências em diálogo com o Bairro-escola*. São Paulo: Moderna, p. 11-22.
- LAHIRE, Bernard. (2004). *Sucesso escolar nos meios populares*. As razões do improvável. São Paulo: Editora Ática.
- LÓPEZ, Néstor. (2005). *Equidad educativa y desigualdad social*. Desafíos a la educación en el nuevo escenario latinoamericano. Buenos Aires: IPE – UNESCO.

- MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. (2000). *Propostas curriculares alternativas: Limites e avanços*, Educação & Sociedade, ano XXI, nº 73, pp. 109-138.
- PARO, Vitor Henrique et al. (1988). *Escola de tempo integral: desafio para o ensino público [s/l]*: Cortez, Autores Associados.
- PEREGRINO, Monica. (2010) – *Trajetórias Desiguais: um estudo sobre os processos de escolarização pública de jovens pobres*. Rio de Janeiro: Garamond.
- PROJETO ALUNO PRESENTE. (2015) – *Relato de experiência e resultados preliminares*. Rio de Janeiro.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres et al. (2011). Cartografia da ação e a juventude na cidade: trajetórias de método. In: RIBEIRO, Ana Clara Torres; CAMPOS, Andreilino e SILVA, Cátia Antonia (orgs). *Cartografia da ação e movimentos da sociedade: desafios das experiências urbanas*. Rio de Janeiro: Lamparina-Capes. pp.30-42.
- RIBEIRO, Sergio Costa. (1991). A Pedagogia da Repetência. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, vol.5, nº 12.
- RITS. *O que são redes? Rede de informações para o terceiro setor*. Disponível no site: Rede de Informações para o Terceiro Setor (www.rits.org.br).
- SAYAD, Alexandre. (2014) *A educação integral não pode ser sinônimo de qualidade*. Portal Aprendiz. Disponível: <http://portal.aprendiz.uol.com.br/2014/03/10/educacao-integral-pode-nao-ser-sinonimo-de-qualidade/>
- SCHILLING, Flávia. (2004). *A sociedade da insegurança e a violência na escola*. São Paulo: Moderna.
- UNICEF. (2014). *O Enfrentamento da Exclusão Escolar no Brasil*. Brasília, 2014. Disponível em: http://www.fordaescolanaopode.org.br/downloads/Livro_O_Enfrentamento_da_Exclusao_Escolar_no_Brasil.pdf

- UNICEF. (2015). *ECA – 25 Anos de Estatuto da Criança e do Adolescente. Avanços e desafios para a infância e a adolescência no Brasil*. Disponível em <http://www.unicef.org/brazil/pt/ECA25anosUNICEF.pdf>
- UNICEF. (2015). *Fórum Mundial de Educação aprova Declaração sobre Futuro da Educação*. Disponível em UNESCOMPRESS: http://www.unesco.org/new/pt/brasil/about-thisoffice/singleview/news/world_education_forum_adopts_declaration_on_the_future_of_education/#.V-tGL_ArLIU
- ZAGO, Nadir (2000). Processos de escolarização nos meios populares – as contradições da obrigatoriedade escolar. In: NOGUEIRA, Maria Alice; ROMANELLI, Geraldo & ZAGO, Nadir (orgs). *Família e escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares*. Petrópolis: Vozes.

MARCOS LEGAIS

- Declaração Mundial de Educação para Todos (1990)
- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, 1999)
- Plano Nacional de Educação (PNE, Lei nº 10.172/2001, decênio 2001-2010)
- Lei nº 11.114/2005 (inserção das crianças aos 6 anos no Ensino Fundamental). <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/96698/lei-11114-05>
- Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (2006). <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Edu-cinf/eduinfparqualvoll.pdf>
- Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE, 2007). <http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>

Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (2009). http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/indic_qualit_educ_infantil.pdf

Plano Nacional de Educação (PNE, 2011-2020).

Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica (2013). http://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2014/07/diretrizes_curriculares_nacionais_2013.pdf

Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>

Convenção Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), citado em <http://www.campaignfor-reducation.org/pt/sobre-nos/sobre-a-educacao-para-todos>

Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher (1979). <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/discrimulher.htm>

Convenção sobre os direitos da Criança (1989). http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10120.htm

Declaração Mundial de Educação para Todos e Todas (Jomtien, Tailândia, 1990):

- http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10230.htm
- http://www.unesco.org/education/pdf/JOMTIE_E.PDF

Educação para Todos (EPT) é um compromisso global firmado por 164 governos reunidos na Cúpula Mundial de Educação, em Dakar (2000).

Fórum Mundial de Educação (Dacar, Senegal, 2000) e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (MDG, ONU, com prazo até 2015). <http://www.odmbrasil.gov.br/os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio>

Lei 9.394/90 (Lei de Diretrizes da Educação). <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf?sequence=3>

Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm

PNE 2011/2020 e 2001/2010:

- 2001: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001324/132452porb.pdf>
- 2011: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7116-pl-pne-2011-2020&Itemid=30192
- 2014: <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>

Diretrizes Nacionais para educação Básica (MEC, 2013). http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-basica-nova-pdf&Itemid=30192

Resolução CNE/CEB nº 4/2010, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf

ANEXO 1

VÍDEOS

Fora da escola não pode!: o desafio da exclusão escolar. — 1. ed. — Brasília, DF: UNICEF, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2013.

http://www.unicef.org/brazil/pt/br_foradaescolanaopode.pdf

Fora da escola não pode!

<https://www.youtube.com/watch?v=fB5ktDV8MBI>

Experiência de Pedra Branca — CE

<http://www.foradaescolanaopode.org.br/iniciativas/pedra-branca-ce>

Experiência de Osasco

<http://www.foradaescolanaopode.org.br/iniciativas/osasco-sp>

Experiência Lagoa Santa — MG

<http://www.foradaescolanaopode.org.br/iniciativas/lagoa-santa-mg>

Unicef aponta que 3,7 milhões de crianças e jovens estão fora da escola no Brasil

<https://www.youtube.com/watch?v=m-paXrchXtk>

Entrevista com Salete Silva — Sobre crianças fora da escola

https://www.youtube.com/watch?v=_u3o1Oyf0cM

Fora da Escola Não Pode — Serrinha dá o exemplo

<https://www.youtube.com/watch?v=-vC2yaGcVnc>

Retratos da exclusão | Crianças e adolescentes fora da escola

Maria de Salete Silva, coordenadora do programa de Educação do Unicef, fala sobre a série de reportagens da revista NOVA ESCOLA sobre as crianças e adolescentes que estão fora da escola no Brasil. No vídeo, ela destaca os povos indígenas como um dos grupos que mais sofre com a exclusão: <https://www.youtube.com/watch?v=pAxHxaBLhu4>

Crianças fora da escola

TV Ponta Verde SBT Canal 05

<https://www.youtube.com/watch?v=e3lAiDELkKA>

Brasil precisa mapear e buscar as crianças que continuam fora da escola

<https://www.youtube.com/watch?v=pAOe63wZD24>

ANEXO 2

INICIATIVAS QUE PROMOVEM A PREVENÇÃO DA INFREQUÊNCIA E EVASÃO ESCOLAR

Fluxos Operacionais Sistêmicos

Criado pela Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude (ABMP), os Fluxos Operacionais Sistêmicos – Proteção Integral e Atuação em Rede na Garantia dos Direitos de Crianças e Adolescentes é uma ferramenta que tem como objetivo ajudar a identificar as principais barreiras que impedem o acesso a esses direitos, bem como a forma de superá-las. A entidade organizou fluxos em sete eixos temáticos, entre eles a educação. Na prática, a metodologia é como um grande organograma que parte do direito violado, ou que não é atendido, e aponta o fluxo que deve ser seguido para resolver a questão. O fluxo da educação está sendo implantado de forma piloto pela ABMP em três escolas da rede municipal de São Paulo, em parceria com a Secretaria de Educação. “Nessas escolas, usando a metodologia dos fluxos, fizemos um grupo focal com os estudantes e levantamos diversas dificuldades relacionadas à permanência”, explica Maria América Ungaretti, consultora da ABMP. Uma delas é que a escola ensina conteúdos que os alunos acham que não vão usar depois, enquanto muitas das informações a que eles têm acesso pelas mídias digitais não entram em sala de aula, os

professores não sabem nada a respeito. “Descobrimos que os professores precisam conhecer mais seus alunos, sua história, a comunidade em que vivem, os arredores”, afirma Maria América. Muitas vezes, os docentes não sabem lidar com questões como a relação com a família do aluno, sexualidade, drogas, violência. “Percebemos que eles não sabem diferenciar uma questão de disciplina da violência”, diz Maria América. Identificadas todas essas questões, o passo seguinte é apontar as ações necessárias para solucioná-las e os atores que devem entrar em campo para executar a missão.

Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente (Ficai)

Instrumento desenvolvido pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul para combater a evasão escolar. A iniciativa foi possível graças a um Termo de Compromisso de Ajustamento firmado entre a Coordenadoria das Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude, as secretarias estadual e municipal de Educação e os conselhos tutelares gaúchos. A ficha é usada para monitorar a frequência dos estudantes da rede pública de ensino. Depois de determinado número de faltas registradas em um mesmo mês, o conselho escolar e as instituições parceiras iniciam o processo de busca do estudante. O primeiro passo é dado pelo professor que, ao perceber que o aluno não aparece reiteradamente no período de uma semana, preenche a Ficai e encaminha o caso para a direção da escola. Juntamente com o conselho escolar, a equipe de direção tenta contato com a família ou o responsável pelo aluno. Se obtiver sucesso, com o retorno da criança à escola, a Ficai é arquivada. Caso contrário, encaminha o caso para o Conselho Tutelar ou, na falta

dele, para a autoridade judiciária. Além de combater o abandono escolar, a Ficaí ajuda a identificar casos de abuso sexual e violência doméstica contra crianças e adolescentes.

Selo UNICEF Município Aprovado

Estratégia que visa mobilizar os municípios do Semiárido e da Amazônia para melhorar a qualidade de vida e garantir os direitos da criança e do adolescente, contribuindo para o Brasil alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), um dos quais é a universalização do Ensino Fundamental. Gestores e a comunidade são provocados a observar, acompanhar e transformar a realidade em que vivem meninos e meninas. Os municípios que mais conseguem avançar em um ciclo de quatro anos conquistam reconhecimento internacionalmente com o Selo UNICEF Município Aprovado. O projeto começou no Ceará em 1999. Após três edições, foi ampliado para todos os 11 estados do Semiárido brasileiro, que compreende Ceará, Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, e um total de 1.565 municípios — na última edição (2009-2012) 81% deles se inscreveram. Em 2009, a metodologia foi adaptada para aplicação na região da Amazônia Legal (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins). O UNICEF apoia os municípios participantes na capacitação de gestores, mobilização de atores locais e aprimoramento de políticas e programas de atenção às crianças e aos adolescentes. Mais uma edição do Selo está sendo preparada para as duas regiões — Semiárido e Amazônia Legal — para o período de 2013-2016.



ANEXO 3

MODELO DE FICHAS DE CADASTRO DAS CRIANÇAS E INSTITUIÇÕES

FICHA DE CADASTRO DE CRIANÇA EM RISCO DE EVASÃO_P



IDENTIFICAÇÃO DO FORMULÁRIO

I) NOME DE QUEM PREENCHEU A FICHA:

II) Nº FORMULÁRIO:

III) ARTICULADOR(A) DA ÁREA:

IV) DATA:

 / / 20

A. TERRITÓRIO DE ABRANGÊNCIA:

(1) (2) (3) (4) (5) (6) (7) (8) (9) (10) (11)
1ª CRE 2ª CRE 3ª CRE 4ª CRE 5ª CRE 6ª CRE 7ª CRE 8ª CRE 9ª CRE 10ª CRE 11ª CRE

B. BAIRRO OFICIAL:

C. SUB-BAIRRO E/OU COMUNIDADE:

IDENTIFICAÇÃO DA CRIANÇA

D. NOME COMPLETO:

E. SEXO:

- (1) Feminino
(2) Masculino

F. IDADE DECLARADA:

G. DATA DE NASCIMENTO:

 / /

(1) Não soube informar

H. CRIANÇA FREQUENTA E/OU É ATENDIDA POR ALGUMA INSTITUIÇÃO EDUCATIVA E/OU CULTURAL?

- (1) Sim (2) Não

H1. Se SIM, qual nome e endereço da instituição?

H2. Se SIM, que tipo de atendimento é oferecido?

I. CRIANÇA POSSUI ALGUMA DEFICIÊNCIA, PROBLEMA DE SAÚDE E/OU ESTÁ GRÁVIDA?

(1) Deficiência. Especificar (física, mental, visual, auditiva):

(2) Problema de saúde. Especificar:

(3) Gravidez

(4) Não possui deficiência nem problema de saúde

I1. SE POSSUIR ALGUMA DEFICIÊNCIA E/OU CONDIÇÃO DE SAÚDE, É ATENDIDA E/OU FREQUENTA ALGUMA INSTITUIÇÃO? (1) Sim (2) Não

I1.1. Se SIM, qual nome e endereço da instituição?

I1.2. Se SIM, que tipo de atendimento é oferecido?

I1.3. Se NÃO, por que não possui atendimento?

J. LOCAL DE MORADIA DA CRIANÇA:

(1) Residência (2) Abrigo (3) Morador de rua / não possui residência

(4) Outro (J1):

K. ENDEREÇO DO LOCAL DE MORADIA DA CRIANÇA:

Logradouro:

Nº: Complemento:

Bairro: CEP:

Ponto de referência:

I. TELEFONE:

() -

() -

() -

Informação adicional:

INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS

M. CRIANÇA SABE LER?

(1) Sim (2) Não

N. CRIANÇA SABE ESCREVER?

(1) Sim (2) Não

O. CRIANÇA ESTÁ ESTUDANDO? (1) Sim (2) Não SE SIM, RESPONDER ABAIXO:

O1. Em qual escola estuda?

O2. Onde fica a escola?

O3. Em qual ano escolar está?

- | | | |
|---|---------------------------------|---------------------------|
| (1) Educação Infantil | (7) 6º ano (antiga 5ª série) | (13) Realfabetização II |
| (2) 1º ano (antiga Classe de Alfabetização) | (8) 7º ano (antiga 6ª série) | (14) Aceleração I |
| (3) 2º ano (antiga 1ª série) | (9) 8º ano (antiga 7ª série) | (15) Aceleração II |
| (4) 3º ano (antiga 2ª série) | (10) 9º ano (antiga 8ª série) | (16) Não soube informar |
| (5) 4º ano (antiga 3ª série) | (11) Classe especial | |
| (6) 5º ano (antiga 4ª série) | (12) Realfabetização I | |

P. REGISTRAR SE CRIANÇA ESTÁ INFREQUENTE (E QUAIS RAZÕES) OU PORQUE ESTÁ SENDO CADASTRADA PARA ACOMPANHAMENTO DO PROJETO

INFORMAÇÕES SOBRE RESPONSÁVEL E FAMÍLIA

Q. NOME DA MÃE:

Q1. Idade da mãe: (1) Não soube informar idade

R. NOME COMPLETO DO(A) RESPONDENTE:

R1. Idade declarada do(a) respondente:

R2. Relação com a criança: (1) Mãe (2) Pai (3) Avô (4) Avó (5) Irmã (6) Irmão

(7) Tia (8) Tio (9) Outro (R2.1):

S. QUEM É O(A) RESPONSÁVEL DA CRIANÇA? (1) Mãe (2) Pai (3) Outro (S1):

T. QUAL A OCUPAÇÃO ATUAL DO RESPONSÁVEL?

(1) Do lar (4) Aposentado ou pensionista (6) Trabalha sem carteira assinada.

(2) Desempregado (5) Trabalha com carteira assinada. Qual profissão (T2)?

(3) Estudante Qual profissão (T1)? (7) Não soube informar

U. QUAL É A ESCOLARIDADE DO RESPONSÁVEL?

(1) Sem escolaridade (3) Ensino Fundamental (5) Ensino Técnico (7) Pós-graduação

(2) Ensino Infantil (4) Ensino Médio (6) Ensino Superior (8) Não soube informar

U1. Ensino: (1) Completo (2) Incompleto (3) Não soube informar

V. QUANTAS PESSOAS MORAM NA CASA?

W. QUANTAS PESSOAS NA CASA POSSUEM RENDA?

X. ALGUM MORADOR RECEBE BENEFÍCIO DE PROGRAMA SOCIAL OU TRANSFERÊNCIA?

(1) Sim (2) Não (3) Atualmente bloqueado SE SIM, RESPONDER ABAIXO:

X1. Qual (is) programa(s)? (1) Bolsa Família (2) Cartão Família Carioca (3) BPC

(4) Outro (X1.1):

X2. Quantos moradores inscritos?

Y. QUAL É A RENDA MÉDIA MENSAL DA FAMÍLIA? *(Benefício social é considerado renda)*

(1) Sem renda

(2) Até ¼ salário mínimo (até R\$ 181)

(3) Entre ¼ e ½ salário mínimo (de R\$ 182 a R\$ 362)

(4) Entre ½ e 1 salário mínimo (de R\$ 363 a R\$ 724)

(5) Entre 1 e 2 salários mínimos (de R\$ 725 a R\$ 1.448)

(6) Entre 2 e 3 salários mínimos (de R\$ 1.449 a R\$ 2.172)

(7) Acima de 3 salários mínimos (a partir de R\$2.173)

(8) Preferiu não responder

(9) Não soube informar

Z. CONHECE ALGUMA OUTRA CRIANÇA E/OU ADOLESCENTE FORA DA ESCOLA? (1) Sim (2) Não

Z1. Se SIM, quem e onde é possível encontrá-la?

AA. JÁ OUVIU FALAR OU CONHECE O PROJETO ALUNO PRESENTE (1) Sim (2) Não

AA1. Se SIM, de onde/como?

OBSERVAÇÕES DO(A) ARTICULADOR(A)

AB. COMO IDENTIFICOU / TEVE CONHECIMENTO SOBRE O CASO?

(1) INDICAÇÃO: equipamento público. Nome do equipamento (AB1):

(2) INDICAÇÃO: organização da sociedade civil. Nome da organização (AB2):

(3) LISTAS OFICIAIS: validação. Nome da lista (AB3):

(4) LISTAS OFICIAIS: desdobramento. Nome da lista e relação com pessoa da lista (AB4):

(5) MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA: abordagem ativa. Especificar (AB5):

(6) MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA: demanda espontânea. Especificar (AB6):

(7) Outro (AB7):

AC. FOI FORNECIDO ALGUM ENCAMINHAMENTO PARA A FAMÍLIA?

(1) Encaminhamento para equipamento público de saúde. Qual (AC1)?

(2) Encaminhamento para equipamento público de assistência. Qual (AC2)?

(3) Encaminhamento para instituição local. Qual (AC3)?

AD. OBSERVAÇÕES GERAIS

(tipo de recepção, condições de moradia, pontos de atenção, sugestões etc.):

REALIZAÇÃO:



CIDADE ESCOLA
APRENDIZ



FICHA DE CADASTRO DE CRIANÇA FORA DA ESCOLA_C



IDENTIFICAÇÃO DO FORMULÁRIO

I) NOME DE QUEM PREENCHEU A FICHA:

II) Nº FORMULÁRIO:

III) ARTICULADOR(A) DA ÁREA:

IV) DATA:

 / / 20

A. TERRITÓRIO DE ABRANGÊNCIA:

(1) 1ª CRE (2) 2ª CRE (3) 3ª CRE (4) 4ª CRE (5) 5ª CRE (6) 6ª CRE (7) 7ª CRE (8) 8ª CRE (9) 9ª CRE (10) 10ª CRE (11) 11ª CRE

B. BAIRRO OFICIAL:

C. SUB-BAIRRO E/OU COMUNIDADE:

IDENTIFICAÇÃO DA CRIANÇA

D. NOME COMPLETO:

E. SEXO:

- (1) Feminino
(2) Masculino

F. IDADE DECLARADA:

G. DATA DE NASCIMENTO:

 / /

(1) Não soube informar

H. NACIONALIDADE:

- (1) Brasileira
(2) Outra (H1):

I. ESTADO DE NASCIMENTO:

- (1) RJ
(2) Outro (I1):

J. RAÇA/COR:

- (1) Branca (2) Preta (3) Amarela
(4) Parda (5) Indígena
(6) Não soube informar

K. CRIANÇA FREQUENTA E/OU É ATENDIDA POR ALGUMA INSTITUIÇÃO EDUCATIVA E/OU CULTURAL?

- (1) Sim (2) Não

K1. Se SIM, qual nome e endereço da instituição?

K2. Se SIM, que tipo de atendimento é oferecido?

L. CRIANÇA POSSUI ALGUMA DEFICIÊNCIA, PROBLEMA DE SAÚDE E/OU ESTÁ GRÁVIDA?

(1) Deficiência. Especificar (física, mental, visual, auditiva):

(2) Problema de saúde. Especificar:

(3) Gravidez

(4) Não possui deficiência nem problema de saúde

L1. SE POSSUIR ALGUMA DEFICIÊNCIA E/OU CONDIÇÃO DE SAÚDE, É ATENDIDA E/OU FREQUENTA ALGUMA INSTITUIÇÃO? (1) Sim (2) Não

L1.1. Se SIM, qual nome e endereço da instituição?

L1.2. Se SIM, que tipo de atendimento é oferecido?

L1.3. Se NÃO, por que não possui atendimento?

M. LOCAL DE MORADIA DA CRIANÇA:

(1) Residência (2) Abrigo (3) Morador de rua / não possui residência

(4) Outro (M1):

N. ENDEREÇO DO LOCAL DE MORADIA DA CRIANÇA:

Logradouro:

Nº: Complemento:

Bairro: CEP:

Ponto de referência:

O. TELEFONE:

() -

() -

() -

Informação adicional:

INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS

P. CRIANÇA SABE LER?

(1) Sim (2) Não

Q. CRIANÇA SABE ESCREVER?

(1) Sim (2) Não

R. CRIANÇA JÁ ESTUDOU? (1) Sim (2) Não SE SIM, RESPONDER ABAIXO:

R1. Em qual escola estudava?

R2. Onde ficava a escola?

R3. Quando parou de estudar? Mês: Ano:

R4. Estudou até que ano?

- | | | |
|---|---------------------------------|---------------------------|
| (1) Educação Infantil | (7) 6º ano (antiga 5ª série) | (13) Realfabetização II |
| (2) 1º ano (antiga Classe de Alfabetização) | (8) 7º ano (antiga 6ª série) | (14) Aceleração I |
| (3) 2º ano (antiga 1ª série) | (9) 8º ano (antiga 7ª série) | (15) Aceleração II |
| (4) 3º ano (antiga 2ª série) | (10) 9º ano (antiga 8ª série) | (16) Não soube informar |
| (5) 4º ano (antiga 3ª série) | (11) Classe especial | |
| (6) 5º ano (antiga 4ª série) | (12) Realfabetização I | |

S. POR QUE A CRIANÇA ESTÁ FORA DA ESCOLA? (anotar resposta espontânea)

S1. CRIANÇA POSSUI CERTIDÃO DE NASCIMENTO? (1) Sim (2) Não

S1.1. Se NÃO possui a certidão, possui o registro civil de nascimento? (1) Sim (2) Não

T. POSSUI IRMÃOS E/OU PAIS ESTUDANDO EM ALGUMA ESCOLA DA REDE MUNICIPAL?

(1) Sim (2) Não

T1. Se SIM, em qual(is) escola(s)?

U. LISTAR AS ESCOLAS DE PREFERÊNCIA DA CRIANÇA:

U1.

U2.

U3.

U4.

U5.

Informação adicional:

INFORMAÇÕES SOBRE RESPONSÁVEL E FAMÍLIA

V. NOME DA MÃE:

V1. Idade da mãe:

(1) Não soube informar idade

W. NOME DO PAI:

W1. Idade do pai:

(1) Não soube informar idade

X. CRIANÇA É ADOTIVA? (1) Sim (2) Não (3) Não soube informar

Y. NOME COMPLETO DO(A) RESPONDENTE:

Y1. Idade declarada do(a) respondente:

Y2. Relação com a criança: (1) Mãe (2) Pai (3) Avó (4) Avô (5) Irmã (6) Irmão

(7) Tia (8) Tio (9) Outro (Y2.1):

Z. QUEM É O(A) RESPONSÁVEL DA CRIANÇA? (1) Mãe (2) Pai (3) Outro (Z1):

Z1. É também o responsável legal? (1) Sim (2) Não

AA. QUAL A OCUPAÇÃO ATUAL DO RESPONSÁVEL?

(1) Do lar (4) Aposentado ou pensionista (6) Trabalha sem carteira assinada.

(2) Desempregado (5) Trabalha com carteira assinada.

Qual profissão (AA2)?

(3) Estudante

Qual profissão (AA1)?

(7) Não soube informar

AB. QUAL É A ESCOLARIDADE DO RESPONSÁVEL?

(1) Sem escolaridade (3) Ensino Fundamental (5) Ensino Técnico (7) Pós-graduação

(2) Ensino Infantil (4) Ensino Médio (6) Ensino Superior

(8) Não soube informar

AB1. Ensino: (1) Completo (2) Incompleto (3) Não soube informar

AC. QUANTAS PESSOAS MORAM NA CASA?

AD. QUANTAS PESSOAS NA CASA POSSUEM RENDA?

AE. ALGUM MORADOR RECEBE BENEFÍCIO DE PROGRAMA SOCIAL OU TRANSFERÊNCIA?

(1) Sim (2) Não (3) Atualmente bloqueado SE SIM, RESPONDER ABAIXO:

AE1. Qual (is) programa(s)? (1) Bolsa Família (2) Cartão Família Carioca (3) BPC

(4) Outro (AE1.1):

AE2. Quantos moradores inscritos?

AF. QUAL É A RENDA MÉDIA MENSAL DA FAMÍLIA? *(Benefício social é considerado renda)*

(1) Sem renda

(2) Até $\frac{1}{4}$ salário mínimo (até R\$ 181)

(3) Entre $\frac{1}{4}$ e $\frac{1}{2}$ salário mínimo (de R\$ 182 a R\$ 362)

(4) Entre $\frac{1}{2}$ e 1 salário mínimo (de R\$ 363 a R\$ 724)

(5) Entre 1 e 2 salários mínimos (de R\$ 725 a R\$ 1.448)

(6) Entre 2 e 3 salários mínimos (de R\$ 1.449 a R\$ 2.172)

(7) Acima de 3 salários mínimos (a partir de R\$2.173)

(8) Preferiu não responder

(9) Não soube informar

AG. CONHECE ALGUMA OUTRA CRIANÇA E/OU ADOLESCENTE FORA DA ESCOLA? (1) Sim (2) Não

AG1. Se SIM, quem e onde é possível encontrá-la?

AH. JÁ OUVIU FALAR OU CONHECE O PROJETO ALUNO PRESENTE (1) Sim (2) Não

AH1. Se SIM, de onde/como?

OBSERVAÇÕES DO(A) ARTICULADOR(A)

AI. COMO IDENTIFICOU / TEVE CONHECIMENTO SOBRE O CASO?

(1) INDICAÇÃO: equipamento público. Nome do equipamento (AI1):

(2) INDICAÇÃO: organização da sociedade civil. Nome da organização (AI2):

(3) LISTAS OFICIAIS: validação. Nome da lista (AI3):

(4) LISTAS OFICIAIS: desdobramento. Nome da lista e relação com pessoa da lista (AI4):

(5) MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA: abordagem ativa. Especificar (AI5):

(6) MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA: demanda espontânea. Especificar (AI6):

(7) Outro (AI7):

AJ. FOI FORNECIDO ALGUM ENCAMINHAMENTO PARA A FAMÍLIA?

(1) Encaminhamento para CRE

(2) Encaminhamento para equipamento público de saúde. Qual (AJ1)?

(3) Encaminhamento para equipamento público de assistência. Qual (AJ2)?

(4) Encaminhamento para instituição local. Qual (AJ3)?

(5) Não foi dado nenhum encaminhamento. Por quê (AJ4)?

AK. OBSERVAÇÕES GERAIS

(tipo de recepção, condições de moradia, pontos de atenção, sugestões etc.):

REALIZAÇÃO:



FICHA DE CADASTRO DE INSTITUIÇÃO



IDENTIFICAÇÃO DO FORMULÁRIO

I) ARTICULADOR(A):

II) DATA:

 / / 20

III) Nº FORMULÁRIO:

A. TERRITÓRIO DE ABRANGÊNCIA:

(1) (2) (3) (4) (5) (6) (7) (8) (9) (10) (11)
1ª CRE 2ª CRE 3ª CRE 4ª CRE 5ª CRE 6ª CRE 7ª CRE 8ª CRE 9ª CRE 10ª CRE 11ª CRE

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

B. NOME DA INSTITUIÇÃO:

C. ENDEREÇO:

Logradouro:

Nº:

Complemento:

Bairro:

CEP:

Ponto de referência:

D. TELEFONE(S):

 () - () - () -

E. SITE DA INSTITUIÇÃO:

(1) Não possui site

F. E-MAIL DA INSTITUIÇÃO:

(1) Não possui e-mail institucional

G. NOME DO(A) RESPONSÁVEL (quem responde pela instituição, representante oficial):

H. CARGO/FUNÇÃO DO(A) RESPONSÁVEL:

CONTATO

I. NOME DO CONTATO (quem passou as informações sobre a instituição e pessoa que será o contato direto do projeto):

J. CARGO/FUNÇÃO DA PESSOA DE CONTATO:

K. TELEFONE:

L. EMAIL:

INFORMAÇÕES SOBRE A INSTITUIÇÃO

M. QUAIS SÃO AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA INSTITUIÇÃO? (destacar, mas não somente, as atividades que podem ser oferecidas para as crianças do projeto e/ou suas famílias)

N. TIPO /NATUREZA DA INSTITUIÇÃO:

- (1) Associação de moradores (5) Liderança Comunitária
 (2) Entidade privada (Empresa / Instituto) (6) Organização da sociedade civil (OSCIP / ONG /
 (3) Órgão Público ou Governamental Centro Comunitário / Associação sem fins lucrativos)
 (4) Instituição Religiosa (7) Outro (N1):

O. HÁ ALGUM CRITÉRIO DE SELEÇÃO PARA ATENDIMENTO NA INSTITUIÇÃO? (1) Sim (2) Não

O1. Se SIM, em qual(is)?

P. NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS/
COLABORADORES:

Q. CAPACIDADE DE
ATENDIMENTO DE PÚBLICO:

R. NÚMERO DO PÚBLICO
ATENDIDO:

S. A INSTITUIÇÃO POSSUI ESPAÇO FÍSICO PARA EVENTUAL REALIZAÇÃO DE ATIVIDADE EM PARCERIA COM O PROJETO?

(1) Sim. Quantas pessoas aproximadamente cabem no espaço (S1)? (2) Não.

T. SE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES, QUAL A MELHOR FORMA DA EQUIPE DIVULGAR O PROJETO PARA A COMUNIDADE?

U. A INSTITUIÇÃO PARTICIPA DE ALGUMA REDE E/OU ASSOCIAÇÃO? (1) Sim (2) Não

U1. Se SIM, em qual(is)?

ANEXO 4

PROTOCOLO DE POLÍTICA PÚBLICA INTERSETORIAL PARA INSERÇÃO DAS CRIANÇAS FORA DA ESCOLA, REDUÇÃO DA EVASÃO E INFREQUÊNCIA ESCOLAR

Segue abaixo a organização da estrutura necessária para a realização de uma política pública intersectorial direcionada às crianças em situação de vulnerabilidade escolar, contendo:

- Equipe,
- Modelo de Governança
- Fluxo de trabalho
- Sugestões para operação

EQUIPE

- **Gestão Central:** Gabinete Intersectorial realizada por representantes das três secretarias ou órgãos equivalentes (Educação, Saúde e Assistência Social).
- **Gestão Regional:** Trio gestor composto por representantes das instâncias regionais das três secretarias ou órgãos equivalentes (Educação, Saúde e Assistência Social), por região da cidade.
- **Equipe de Campo:** para ação local: agentes comunitários de saúde e assistentes sociais e coordenadores locais.
- **Equipe de Monitoramento e Acompanhamento:** técnicos de desenvolvimento e gestão de banco de dados, trio gestor e coordenações locais.

MODELO DE GOVERNANÇA

Nível Central

Grupo de Trabalho Intersetorial

PAPEL: construção de diretrizes e acompanhamento dos planos de trabalho regionais.

Nível Regional

Coordenação Regional – “Trio gestor” por região administrativa da cidade.

PAPEL: gestão do plano de trabalho regional e acompanhamento do trabalho de campo.

- Acompanhamento dos casos identificados;
- Resolução de casos complexos e casos pendentes;
- Encaminhamento para rede de proteção à infância e adolescência.

Nível local

Ação Local – equipe de campo composta por agentes comunitários de saúde e assistentes sociais disposta nos territórios da cidade para realização de:

- Busca-ativa: identificação de crianças fora da escola ou em risco de evsão;
- Interlocução para Articulação da Rede de Proteção Local;
- Encaminhamento dos casos identificados para a inserção na escola via órgão competente (coordenação regional de educação ou diretamente nas escolas);
- Cadastramento das crianças e responsáveis em banco de dados.

Nível municipal

Conselho Aluno Presente – Instância da sociedade civil criada para fiscalizar e acompanhar a realização da política municipal composta por instituições com perfil técnico e temático alinhado aos princípios da proteção dos direitos da criança e do adolescente, em especial, o direito à educação.

PAPEL: apoiar a institucionalização da política e monitorar a execução da estratégia.

FLUXO DE TRABALHO

Etapas

- **Planejamento:** com base nas fontes de dados disponíveis, como listas de infrequência e abandono escolar, advertência e suspensão de benefícios sociais por condicionalidades, dentre outras.
- **Identificação de criança fora da escola, infrequentes e evadidas:**
 - Busca ativa pelos agentes de saúde e agentes comunitários em cada região;
 - Demanda espontânea para a SME (ouvidoria, central telefônica);
 - Listas oficiais fornecidas pela SME;
 - Indicação dos Conselhos Tutelares (FICAI);
 - Indicação de crianças infrequentes ou que abandonaram pelas escolas e demais instituições locais.

- **Encaminhamento das crianças localizadas para inserção na rede escolar:**
 - Os agentes comunitários encaminham a solicitação de vaga para coordenação regional de educação (ou equivalente) que a encaminha para a escola disponível;
 - Encaminhamento direto para a escola;
- **Encaminhamento em caso de demandas relacionadas às outras secretarias:**
 - Exemplos de atendimento: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência em Assistência Social (CREAS), Conselho Tutelar, Clínica da Família, Unidades de Saúde, etc.
 - Exemplos de demandas: regularização de documentação civil, benefícios sociais, demandas por assistência ou demandas de saúde:

Plano de trabalho por região:

Acompanhamento das crianças identificadas e inseridas

- Acompanhamento da frequência escolar pela coordenação regional.
- Estudo do mapa de infrequência e abandono e definição das estratégias regionais (contato telefônico e novas visitas domiciliares pelos agentes de saúde e comunitários).

RESPONSÁVEL: coordenação regional e equipe de monitoramento (M&A).

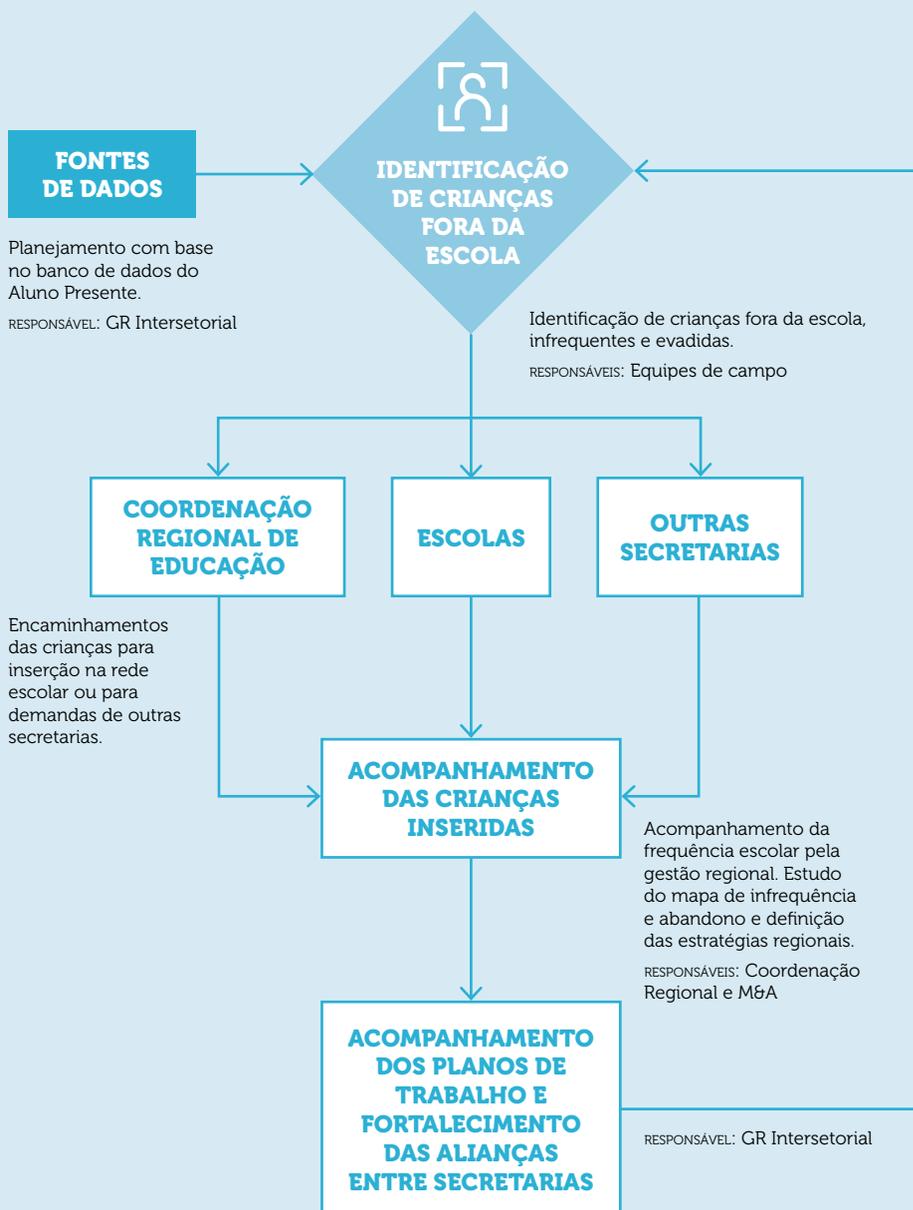
Acompanhamento dos planos de trabalho e fortalecimento das alianças entre secretarias

RESPONSÁVEL: GT Intersectorial

SUGESTÕES PARA OPERAÇÃO

- **Infraestrutura para M&A:** smartphones para agentes comunitários.
- **Criação de Banco de Dados Integrado entre as três secretarias: incorporação de Sistema Intranet:**
 - Controle e monitoramento da situação das crianças identificadas;
 - Orientação do trabalho de campo;
 - Produção de análise sobre perfil das crianças identificadas;
 - Produção de conhecimento sobre os motivos para a criança estar fora da escola;
 - Produção de informação para subsidiar as diferentes ações das secretarias.
- **Formação permanente:**
Formação contínua dos agentes e articulação da rede de proteção: apropriação dos dados relativos ao fenômeno da exclusão e instrumentalização para enfrentamento dos desafios do campo.

PROPOSTA DE ESTRUTURA DE GESTÃO DA POLÍTICA





CIDADE ESCOLA
APRENDIZ







CIDADE ESCOLA
APRENDIZ

